

análise de conjuntura

Mercado de Trabalho

VERA MARTINS DA SILVA

temas de economia aplicada

O Impacto do Ajuste Fiscal no Mercado de Trabalho

JOSÉ PAULO ZEETANO CHAHAD, FÁBIO TATEI

Breve Análise da Regulamentação da Terceirização

ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI,
ANDREA VELASCO RUFATO

Sofisticação Tecnológica e Desenvolvimento Econômico: A Divisão Centro-Periferia no Contexto das Cadeias Globais de Valor

CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS

Nota Sobre a Emergência e Consolidação do Latifúndio no Brasil

IRACI DEL NERO DA COSTA

Economia Criativa: 20 Anos Depois

JULIO LUCCHESI MORAES

Desigualdade Entre Escolas Públicas no Brasil: Um Olhar Inicial

GABRIEL BARRETO CORREA, ISABEL OPICE

economia & história

O "Partido Negro" na Independência do Brasil: Realidade ou Fantasia?

JOSÉ FLÁVIO MOTTA, LUCIANA SUAREZ LOPES,

Rui Barbosa e as Ideias Econômicas: Entre Teoria e Conjuntura

LUIZ FELIPE BRUZZI CURI

Relatos de Pesquisa: A Utilização dos Inventários *Post-Mortem* como Fonte de Dados

LUCIANA SUAREZ LOPES

p. 3 Vera Martins da Silva comenta o comportamento recente do mercado de trabalho brasileiro, marcado pelo aumento na taxa de desocupação e queda no salário real.

p. 7 José Paulo Zeetano Chahad e Fábio Tatei analisam o impacto do ajuste fiscal na deterioração dos indicadores do mercado de trabalho brasileiro.

p. 15 Rogério Nagamine Costanzi e Andrea Velasco Rufato apresentam um estudo preliminar sobre a remuneração dos trabalhadores terceirizados no Brasil.

p. 19 Cristina Fróes de Borja Reis discute o papel das cadeias globais de valor e da complexidade tecnológica da produção no processo de desenvolvimento econômico.

p. 24 Iraci Del Nero da Costa faz uma reflexão sobre a emergência e a consolidação da propriedade latifundiária no Brasil.

p. 26 Julio Lucchesi Moraes faz um balanço histórico dos 20 anos de Economia Criativa.

p. 29 Gabriel Barreto Correa e Isabel Opice apresentam um panorama das principais diferenças existentes entre as escolas públicas no Brasil.

p. 38 José Flávio Motta e Luciana Suarez Lopes discutem os sentidos, reais e imaginários, da possível existência de um Partido Negro no contexto da Independência do Brasil.

p. 45 Luiz Felipe Bruzzi Curi retrata a formação e as principais ideias econômicas de Rui Barbosa.

p. 53 Luciana Suarez Lopes discute as potencialidades e limitações da utilização de inventários *post-mortem* como fonte de dados.

Indicadores Catho-Fipe

Os indicadores Catho-Fipe, desenvolvidos pela Fipe em parceria com a Catho, oferecem uma visão mais aprofundada e imediata do mercado de trabalho e da economia brasileira. As informações disponíveis em tempo real no banco de dados da Catho e em outras fontes públicas da Internet permitem agilidade na extração e cálculo dos números. Desta forma, é possível acompanhar a situação imediata do mercado de trabalho, sem a necessidade de se esperar um ou dois meses para a divulgação dos dados oficiais. Todos os indicadores são divulgados no último dia útil de cada mês, com informações sobre o próprio mês.

O primeiro indicador é uma estimativa para a taxa de desemprego calculada pelo IBGE, a Taxa de Desemprego Antecipada. A Fipe calcula também um índice que acompanha a relação entre novas vagas e novos currículos cadastrados na Internet, o Índice Catho-Fipe de Vagas por Candidato (IVC). Este indicador é mais amplo do que a taxa de desemprego, porque traz informações sobre os dois lados do mercado: a oferta e a demanda por trabalho. Além desses dois indicadores, o Índice de Salários Ofertados permite o acompanhamento dos salários oferecidos pelas empresas que estão em busca de novos profissionais.

Maiores Informações:

☎: (11) 3767-1764

✉: cathofipe@fipe.org.br

INFORMAÇÕES FIPE É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – ISSN 1678-6335

Conselho Curador

Juarez A. Baldini Rizzieri
(Presidente)
André Franco Montoro Filho
Carlos Antonio Rocca
Denisard C. de Oliveira Alves
Fernando B. Homem de Melo
Francisco Vidal Luna
Heron Carlos Esvaldo do Carmo
Joaquim José Martins Guilhoto
José Paulo Zeetano Chahad

Simão Davi Silber
Vera Lucia Fava

Diretoria

Diretor Presidente
Carlos Antonio Luque
Diretor de Pesquisa
Maria Helena
Pallares Zockun

Diretor de Cursos

José Carlos de Souza
Santos

Pós-Graduação

Pedro Garcia Duarte

Secretaria Executiva

Domingos Pimentel
Bortoletto

fipe 40 anos
Fundação Instituto de
Pesquisas Econômicas

Conselho Editorial

Heron Carlos E. do Carmo
Lenina Pomeranz
Luiz Martins Lopes
José Paulo Z. Chahad
Maria Cristina Cacciamali
Maria Helena Pallares Zockun
Simão Davi Silber

Editora-Chefe

Fabiana F. Rocha

Preparação de Originais e Revisão

Alina Gasparello de Araujo

Produção Editorial

Sandra Vilas Boas

☎ <http://www.fipe.org.br>

análise de conjuntura



Mercado de Trabalho: Ajuste em Tempos de Recessão

VERA MARTINS DA SILVA (*)

O mercado de trabalho brasileiro tem seguido a dinâmica da economia; inflação elevada e redução de atividade têm gerado redução de rendimentos reais, demissões e aumento da taxa de desocupação. Isso ocorre desde o final de 2014 e tem se acentuado em 2015. Quanto ao futuro, tudo indica que será um ano difícil para todos os segmentos, e o reflexo é um mercado de trabalho que tenta se ajustar em meio a uma recessão significativa. Os dados oficiais traduzem em números o que é percebido intuitivamente. Os dados provenientes da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE, cuja última informação diz respeito a maio de 2015, são mostrados no Gráfico 1. Nesse gráfico, é apresentada a evolução da taxa de desocupação, segundo a PME, desde janeiro de 2010 até maio de 2015, lembrando que essa

pesquisa abrange apenas seis Regiões Metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre) e tem, portanto, uma abrangência territorial inferior à da PNAD contínua. Esta última, no entanto, tem uma metodologia que traz informações um pouco mais defasadas e, no momento da elaboração deste comentário de conjuntura, a última informação disponível da PNAD Contínua era referente a abril de 2015.¹ O Gráfico 1 mostra claramente uma tendência de redução da taxa de desocupação entre janeiro de 2010 e o final de 2014 e uma reversão significativa a partir de janeiro de 2015. Em maio deste ano, a taxa de desocupação, segundo a PME, alcançou 6,7%. Entre as Regiões Metropolitanas, o pior resultado ocorreu em Salvador (11,3%) e o melhor resultado foi

registrado no Rio de Janeiro (5%). Na Região Metropolitana de São Paulo, que representa praticamente a metade da população pesquisada, a taxa de desocupação ficou muito próxima da média nacional, em 6,9%.

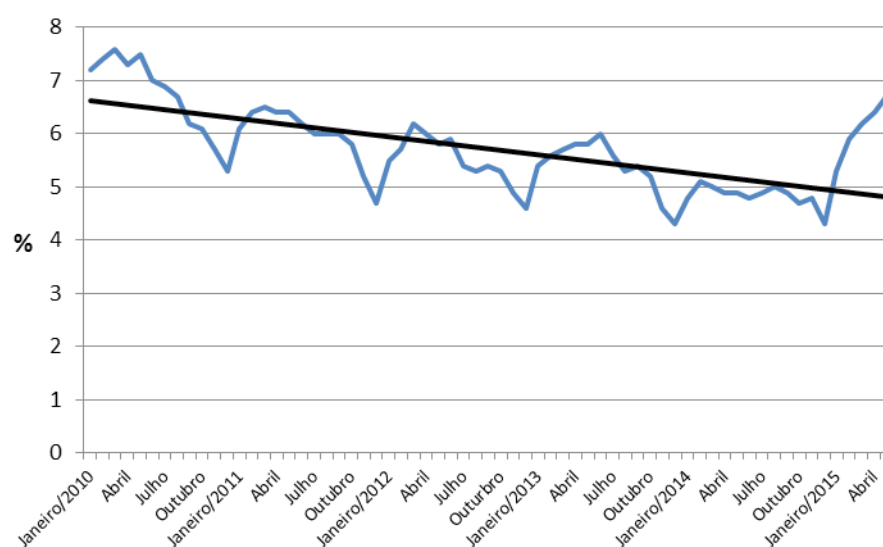
A População Desocupada foi estimada em um milhão e seiscentas mil pessoas, em maio de 2015, nas seis Regiões Metropolitanas, o que representa um aumento de cerca de 450 mil pessoas relativamente a maio de 2014. Esse é o contingente de pessoas em busca de ocupação, o que não é pouco, dado o momento recessivo da economia. Como consequência do ajuste na economia como um todo e no mercado de trabalho, em particular, o rendimento real médio entre maio de 2014 e maio de 2015 teve uma queda real de -5%. Convém notar que isso é

resultado da inflação, que reduz o poder de compra dos rendimentos, pois os rendimentos nominais, apesar da crise, não apresentaram uma queda nominal; ao contrário, ainda tiveram um aumento nominal de 1%, mas perderam de longe para o aumento de preços. Em maio de 2015, o rendimento médio das seis regiões Metropolitanas foi estimado em R\$ 2.117,10.

A desigualdade se manifesta em diversas formas. No caso do mercado de trabalho, a diferença entre a taxa

de desocupação entre gêneros tem sido e continua sendo marcante: a taxa de desocupação das mulheres é de 7,5%, e a dos homens é de 5,9%. As informações sobre a desocupação de jovens são bem mais surpreendentes: em maio, a desocupação de jovens entre 15 e 17 anos era de 30,7%. Entre 18 e 24 anos, essa taxa era de 16,4% (o dobro da média das Regiões Metropolitanas) e, na faixa de 25 a 49 anos, a desocupação foi estimada em 5,6%, ou seja, a desocupação é um fenômeno que atinge mais duramente os jovens.

Gráfico 1 – Taxa de Desocupação, PME/IBGE (%) – Janeiro 2010-Maio 2015



O Gráfico 2 mostra a taxa de desocupação segundo a PNAD Contínua, cuja metodologia calcula a média de trimestres móveis. Como no caso dos resultados da PME, a taxa de desocupação apresentava trajetória suavemente declinante até o final de 2014, com reversão dessa tendência a partir do final de 2014. A taxa de desocupação no trimestre móvel terminado em abril foi estimada em 8%, superior ao resultado da PME, como tem sido comum. No caso da PNADC, o número de desocupados foi estimado em 8 milhões, um acréscimo de quase um milhão de desocupados em relação ao mesmo trimestre móvel de 2014. O rendimento médio de todos os trabalhos foi estimado em R\$ 1.855,00, o que representa uma redução real de -7% em relação

ao mesmo período do ano anterior. Portanto, na comparação entre a PME e a PNADC, a taxa de desocupação é maior e o rendimento é menor. É interessante notar que quando se lançou a ideia da PNADC, havia uma expectativa de que o Brasil do interior, ligado ao agronegócio, teria resultados no mercado de trabalho muito melhores. O tempo e os resultados obtidos mostraram que, apesar de toda a pujança de alguns setores ligados à produção agropecuária, existe de fato um Brasil consideravelmente menos dinâmico do que aquele imaginado e explicam a atração que as Regiões Metropolitanas ainda exercem sobre as pessoas, especialmente as mais jovens.

Finalmente, o Gráfico 3 apresenta a geração líquida de empregos segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego, informações mensais a partir de janeiro de 2010. Também a partir desta fonte, o que se vê é a tendência declinante na geração de empregos e a eliminação de 163 mil postos de trabalho entre janeiro

e abril de 2015, enquanto no mesmo período de 2014 houve aumento de 409 mil postos de trabalho (ver Tabela 1). Ou seja, os números todos exibem o difícil ajuste no mercado de trabalho, fruto do complicado panorama macroeconômico. Esperemos que se trate de um ajuste que não ultrapasse este ano.

Gráfico 2 - Taxa de Desocupação Segundo a PNAD Contínua/IBGE - % - Trimestres Móveis - Jan 2012 – Abril 2015

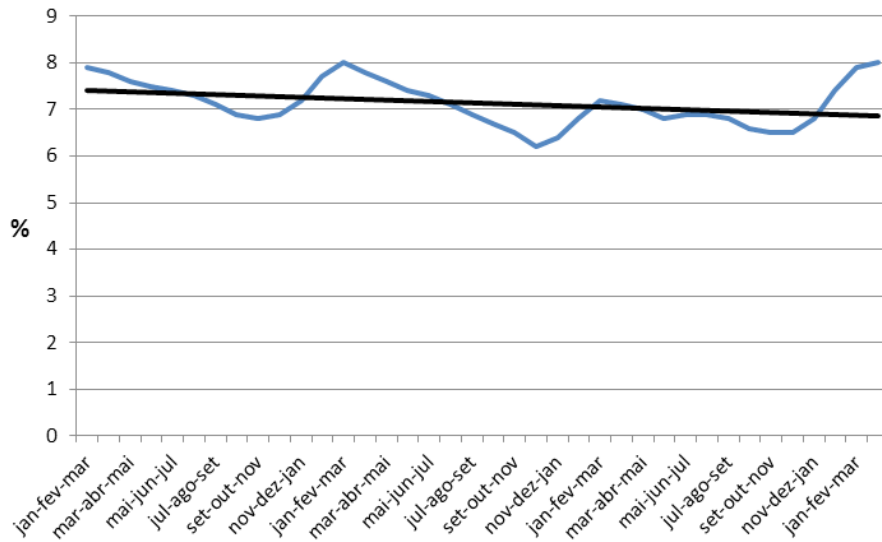
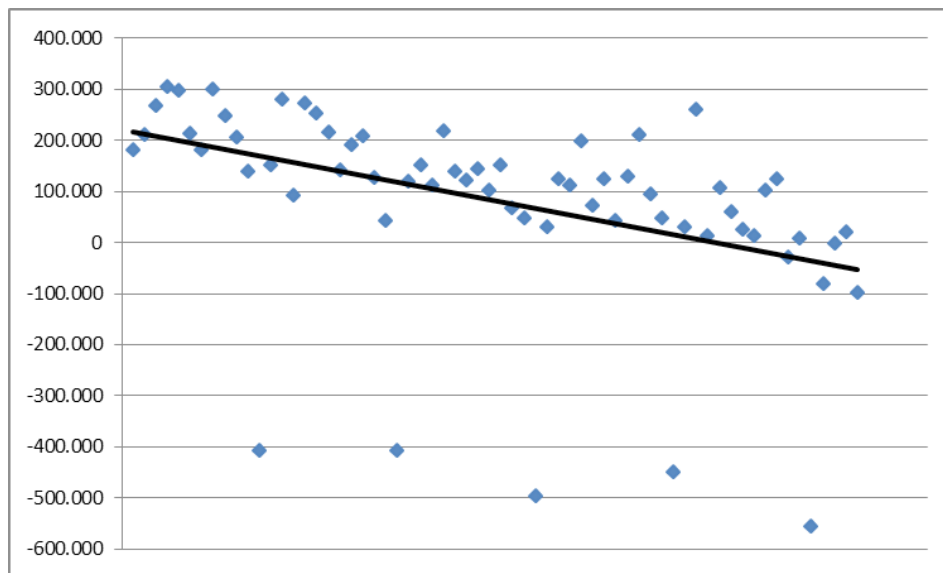


Gráfico 3 – Saldo de Geração de Empregos Formais - Janeiro 2010 a Abril 2015 – Números Absolutos



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

Tabela 1 – Geração de Empregos Formais – jan/2014-
abr/2015

	29.595
2014.02	260.823
2014.03	13.117
2014.04	105.384
SALDO 2014 (ATÉ ABRIL)	408.919
2014.05	58.836
2014.06	25.363
2014.07	11.796
2014.08	101.425
2014.09	123.783
2014.10	-30.282
2014.11	8.381
2014.12	-555.508
SALDO 2014	152.713
2015.01	-81.774
2015.02	-2.415
2015.03	19.282
2015.04	-97.828
SALDO 2015 (ATÉ ABRIL)	-162.735

Fonte: CAGED/Ministério do Trabalho e Emprego.

1 Comentário de conjuntura elaborado em 01/07/2015.

(*) Economista e doutora pelo IPE-USP. (E-mail: veramartins2702@gmail.com).

temas de economia aplicada



O Impacto do Ajuste Fiscal no Mercado de Trabalho

JOSÉ PAULO ZEETANO CHAHAD (*)
FÁBIO TATEI (**)

1 Introdução

Fruto de uma condução equivocada da política econômica, e seus artificialismos, levando a um quadro caótico na economia brasileira, o governo do Partido dos Trabalhadores se vê na contingência de adotar um doloroso *ajuste fiscal*, com implicações para amplos setores da sociedade brasileira. O descontrole das contas públicas não pode ser atribuído somente à má gestão administrativa dos sucessivos governos do PT, mas também, e principalmente, a uma postura totalmente ideológica gerando um *contrato social* extremamente caro, o que, associado a um arcabouço jurídico frouxo, que vem desde a Constituição Federal de 1988, acabou por gerar um Estado que não

cabe no próprio PIB. Nesse sentido, não surpreendem os rumos tomados pelas finanças públicas do País nem o rigor do ajuste necessário.¹

Parece não haver discordâncias entre os analistas econômicos sobre a necessidade do *ajuste fiscal*. Sem ele, entre outros aspectos negativos, o Brasil corre o risco de perder seu *investment grade*, conferido pelos organismos internacionais, cortando bruscamente o fluxo de recursos externos, num país já carente de poupanças internas. Isto contribuirá para aprofundar a crise econômica já instalada, debilitando ainda mais a retomada dos investimentos no presente e gerará um quadro pessimista sobre o futuro do ritmo dos negócios no País. Com isso, parece

inquestionável que um dos setores a serem dos mais atingidos, com graves consequências sociais, será o mercado de trabalho.

Para responder aos possíveis impactos sobre o mercado de trabalho duas indagações nortearão nossa análise: (1) Em que condições se encontra atualmente o mercado de trabalho quando se impõe este *ajuste fiscal*? (2) Será que o comportamento deste mercado já sofre consequências seja diretamente do *ajuste fiscal*, seja em função das expectativas negativas sobre o sistema produtivo dele decorrentes?

Antes de respondermos a estas indagações faz-se necessário esclarecer nossa visão da natureza do

ajuste fiscal que vem sendo proposto pelo governo federal. Claramente possui um caráter recessivo, ou, na melhor das hipóteses, levará a um forte desaquecimento da atividade produtiva. Por um lado, representará elevação de receitas, ou seja, pressão de custos para as empresas, levando-as a desaquecer sua demanda por mão de obra. Por outro lado, o sucesso do ajuste, em termos de controle das finanças públicas, está condicionado à contenção dos gastos públicos, outro forte elemento a desaquecer a demanda agregada da economia, com efeitos perversos sobre a atividade econômica e os níveis de ocupação. Assim, mesmo que se reconheça a necessidade de sua existência no atual momento econômico da

sociedade brasileira, não se pode ignorar o caráter recessivo do *ajuste fiscal*.

2 O Ajuste Fiscal Somente Agravará a Deterioração Já Existente no Mercado de Trabalho

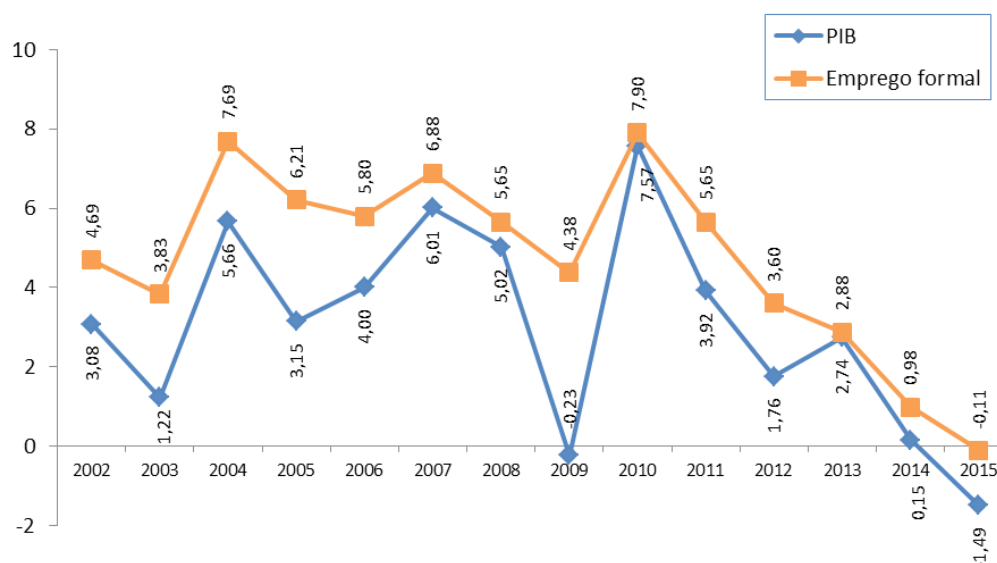
Para responder à primeira questão elaboramos os Gráficos 1 a 3, contendo as variações do PIB, do comportamento do emprego formal e da ocupação total, entre os anos de 2002 e 2015.²

O Gráfico 1 compara as variações do PIB com as variações do emprego formal. Como seria de se esperar há uma correlação alta entre ambos. Entretanto, não obstante o forte crescimento do emprego for-

mal ao longo do período, este vem perdendo fôlego desde 2010. As perspectivas são de que, em 2015, a geração de vagas no setor formal seja próxima de zero, um resultado ruim, mas ainda assim maior do que o crescimento negativo do PIB, estimado em -1,49%.³

Uma conclusão óbvia diante deste resultado é que o *ajuste fiscal* não poderá ser responsabilizado pela piora no mercado de trabalho, sob a ótica do trabalho formal, uma vez que as condições de emprego e renda vêm se deteriorando paulatinamente desde 2010. Ou seja, o caráter recessivo do *ajuste fiscal* não pode, por si só, ser responsabilizado pelo atual quadro de deterioração do mercado de trabalho.

Gráfico 1 – Evolução do PIB e do Emprego Formal (2002 a 2015)



Fonte: Banco Central e MTE/CAGED.

Notas: a) PIB em 2015: expectativas do mercado (Boletim Focus 26/06/2015). b) Emprego formal em 2015: projeção linear simples a partir dos dados de 2010 a 2014.

O Gráfico 2 revela a evolução do PIB e da ocupação nas principais regiões metropolitanas brasileiras pesquisadas pela PME.⁴ O resultado é semelhante quando o contingente de trabalhadores engloba todas as formas

de ocupação. Nesse caso, o impacto do *ajuste fiscal* encontrará um mercado de trabalho ainda mais deprimido, derrubando ainda mais o nível de ocupação metropolitana.

Gráfico 2 – Evolução do PIB e da Ocupação Metropolitana (2002 a 2015)



Fonte: Banco Central e IBGE/PME.

Notas: a) PIB em 2015: expectativas do mercado (Boletim Focus 26/06/2015). b) Ocupação metropolitana em 2015: projeção linear simples a partir dos dados de 2010 a 2014.

Será que esta situação verificada nas regiões metropolitanas se repete para o País como um todo? O Gráfico 3 indica uma situação paradoxal em que as flutuações da ocupação total não guardam uma correlação semelhante à verificada no caso do emprego formal. De fato, as sucessivas quedas do crescimento do PIB, desde

2010, não trazem consigo a queda da variação da ocupação total medida pela PNAD. O paradoxo verifica-se a partir de 2013, quando a taxa de variação da ocupação passou a crescer, prevendo-se que ocorra o mesmo para o ano de 2015.⁵

Gráfico 3 – Evolução do PIB Real e da Ocupação Total (2002 a 2015)



Fonte: Banco Central e IBGE/PNAD

Notas: a) PIB em 2015: expectativas do mercado (Boletim Focus 12/06/2015). b) Ocupação em 2014: estimativa da PNAD Contínua. c) Ocupação em 2015: projeção linear simples a partir dos dados de 2009 a 2014.

Uma possível explicação é que a deterioração do mercado de trabalho, a qual vem ocorrendo desde 2010, está fazendo retornar um fantasma que estava sendo aos poucos afastado da nossa realidade: o trabalho informal. Quando combinamos as tendências observadas no Gráfico 1 com aquelas observadas no Gráfico 3, a única explicação plausível é que parece estar havendo um retorno do trabalho precário e do trabalho informal, como forma de sobrevivência do trabalhador brasileiro. Embora reconheçamos o caráter especulativo desta constatação, principalmente em decor-

rência do nível de agregação dos dados, veremos tratar-se de uma realidade plausível quando se considera o comportamento recente da ocupação total nas regiões metropolitanas.

3 Impacto do Ajuste Fiscal Já Revela Piora Acentuada no Mercado de Trabalho

A observação do comportamento recente do mercado de trabalho indica uma acentuada piora após o anúncio do *ajuste fiscal*. A partir dos dados do Caged, o Gráfico 4 mostra o comportamento do em-

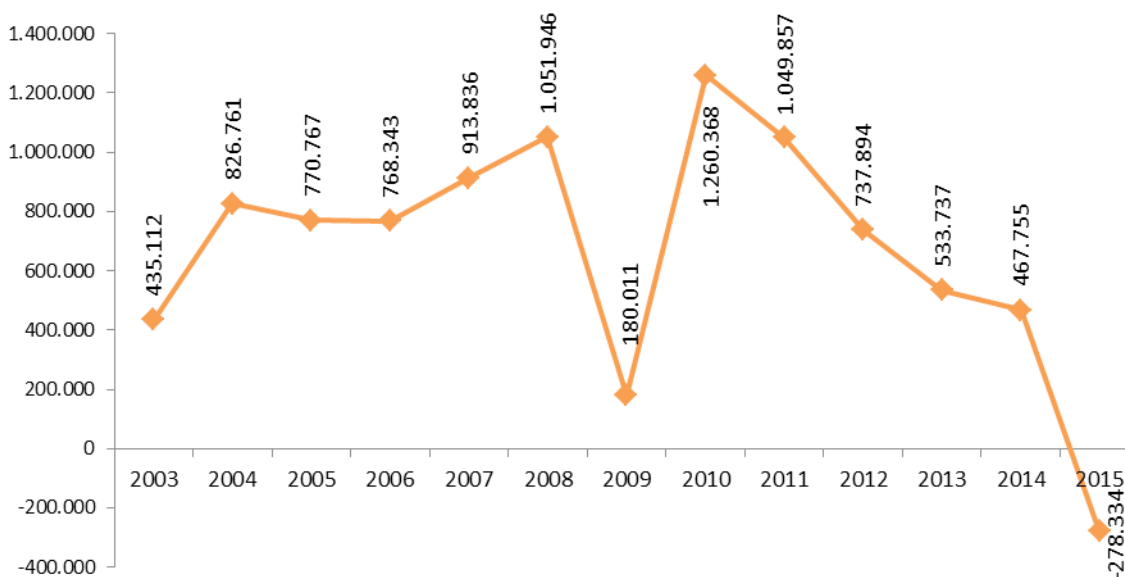
prego formal nos cinco primeiros meses de cada ano, no qual observamos pela primeira vez na série histórica disponível que o total de demissões foi superior ao de admissões, resultando em saldo negativo da geração de emprego formal. Esse dado é alarmante, pois nem mesmo durante o auge da última crise financeira, em 2009, houve eliminação de tantos empregos formais.

Destaca-se, ainda, que do total de 278 mil postos formais de trabalho eliminados nesse período, 36% eram ocupados na Indústria de

Transformação, setor que tradicionalmente emprega trabalhadores com maior qualificação e que auferem salários mais elevados. No entanto, o maior contingente de desligamentos se verificou nos setores de Construção Civil – para o qual não se pode desconsiderar

os efeitos das recentes denúncias de corrupção – e Comércio, cujo perfil médio dos trabalhadores é o inverso daquele da Indústria de Transformação, indicando que os maiores prejudicados foram os trabalhadores de famílias de menor renda.

Gráfico 4 – Saldo do Emprego Formal nos Primeiros Cinco Meses de Cada Ano (2003-2015)

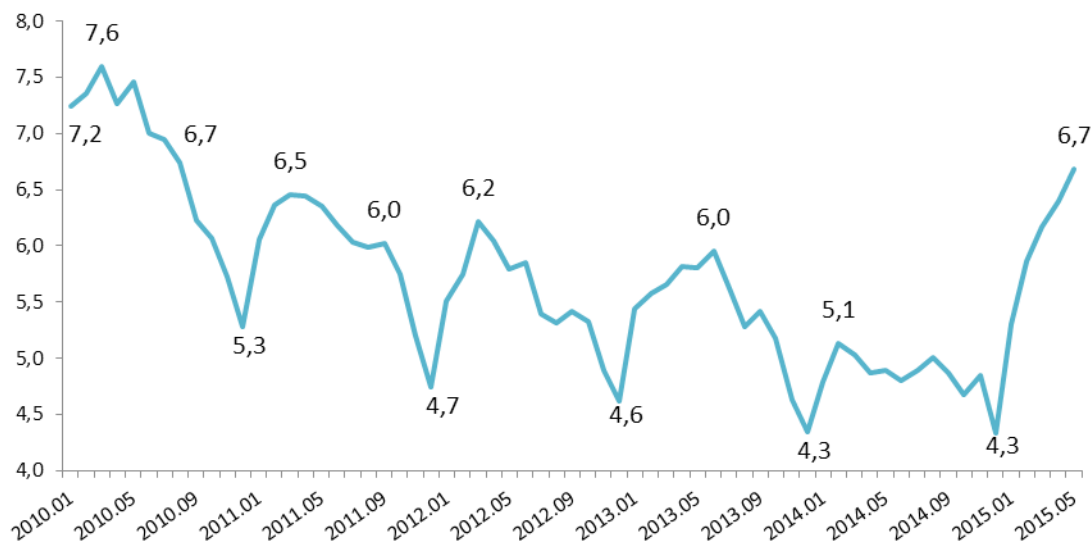


Fonte: MTE/Caged (série sem ajuste).

Concomitantemente ao mau desempenho do emprego formal, também se observa o aumento expressivo da taxa de desocupação nas regiões metropolitanas do País. Segundo os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), mostrados no Gráfico 5, a taxa de desocupação atingiu 6,7% em maio desse ano, nível que não era

alcançado desde agosto de 2010. Apesar de ainda se encontrar em patamar inferior ao da década passada, destaca-se que em nenhum momento da atual série histórica da PME – existente desde 2002 – a velocidade de elevação da taxa de desocupação foi tão acentuada em um período de tempo tão curto.

Gráfico 5 – Taxa de Desocupação Mensal (em %) – 2010 a 2015



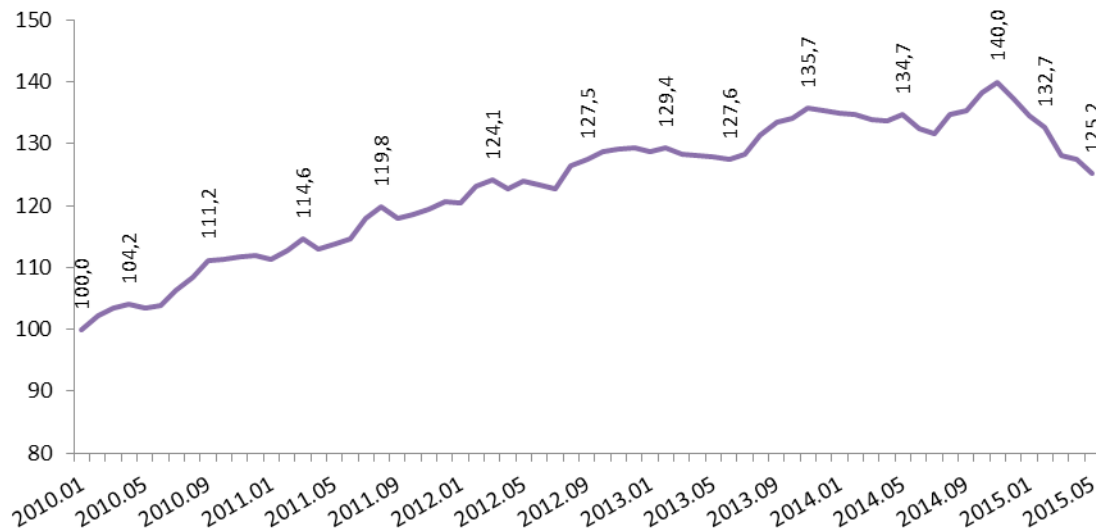
Fonte: IBGE/PME.

A redução do emprego formal e aumento da taxa de desocupação também afetaram negativamente a renda das famílias. No Gráfico 6 temos uma estimativa aproximada da massa salarial para os empregados com carteira de trabalho assi-

nada, no qual se evidencia a queda abrupta nos primeiros meses de 2015. Apesar desse movimento de queda ser sazonal, isto é, comum no início de cada ano, a intensidade com a qual isso ocorreu no início de 2015 é bastante expressiva e foi

acentuada pela aceleração da inflação no período. Entre novembro de 2014 e maio de 2015 a massa salarial apresentou queda de -14,8 pontos percentuais, enquanto nos anos anteriores não passava de -2 p.p. para o mesmo período.

Gráfico 6 – Massa Salarial dos Empregados CLT (2010-2015) – (Índice Janeiro 2010 = 100)



Fonte: IBGE/PME.

O efeito negativo sobre a renda das famílias, porém, pode ter sido atenuado pelo aumento da informalidade no mercado de trabalho.⁶ Ainda segundo a PME, nos primeiros cinco meses de 2015 verificou-se o aumento de 2,5% do número de trabalhadores por Conta Própria em relação a igual período do ano anterior, perante queda do número de Empregados com Carteira de Trabalho Assinada e de Empregadores, respectivamente, -1,7% e -4,6%; corroborando os dados do Caged de interrupção do crescimento do emprego formal. Por sua vez, entre os Empregados Sem Carteira de Trabalho Assinada também houve queda, de -0,6%, mas pouco significativa se comparada ao ritmo acelerado que foi

verificado nos anos anteriores. Ademais, comportamento similar é observado nas estimativas da PNAD Contínua, que mostra a redução relativa de assalariados no setor privado, e aumento das demais categorias, dentre as quais se destacam os trabalhadores domésticos e por conta própria.

4 Síntese Conclusiva

Embora o *ajuste fiscal* não possa ser considerado o único culpado pelo desempenho ruim dos indicadores do mercado de trabalho brasileiro no início de 2015, parece ser inegável seu papel em agravá-lo substantivamente. E o cenário no curto prazo é pouco animador, com

expectativas de aumento acentuado do desemprego e redução do emprego formal e da renda do trabalhador. Embora não se possa precisar exatamente, é certo que a forte deterioração se deve às medidas do *ajuste fiscal*.

Movimentos de retração do emprego e crescimento do desemprego são reflexos naturais em momentos de baixa do ciclo de negócios. Entretanto, o atual baixo nível da atividade econômica no País – a expectativa do mercado é de retração de -1,49% do PIB em 2015 – está aliado a outros fatores relevantes que contribuem para acentuar o atual panorama recessivo. Ademais, a retração do mercado de trabalho não se esgota apenas nas

estatísticas ruins, mas também na deterioração da qualidade do trabalho devido à queda do trabalho formal, do trabalho na Indústria e à elevação da informalidade.

Além de piores condições no mercado de trabalho, as famílias enfrentam queda real da renda devido a inflação crescente e aumento do endividamento familiar acentuado pelas maiores restrições ao crédito. Isso se reflete nas estimativas da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que registraram em junho de 2015 a quinta queda seguida do indicador de Intenção de Consumo das Famílias (ICF) e o segundo mês consecutivo com esse indicador em nível negativo.⁷ Quadro similar é igualmente observado pelo Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), reforçando a percepção dos consumidores de poucas expectativas de recuperação em um cenário de muitas incertezas.

Do lado do empresariado, o quadro é igualmente desfavorável. O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC), também estimado pela CNC, indica que as perspectivas do mercado são cada vez piores para o desempenho das vendas de varejo e, conseqüentemente, da atividade econômica em geral. Além disso, a elevação da taxa de juros para combater a crescente inflação

prejudica ainda mais a taxa de investimento, que tem apresentado tendência declinante desde o último trimestre de 2013.

Não se pode ignorar, também, o impacto da atual crise política sobre as expectativas de retomada do crescimento econômico no curto prazo. Assim, o Estado, que não soube aproveitar eficientemente a conjuntura econômica favorável derivada do *boom* de *commodities* na década passada, agora deve realizar um temido, mas necessário, *ajuste fiscal* em momento inóspito, tanto na esfera econômica como política. E seus impactos recessivos, por sua vez, devem intensificar ainda mais os efeitos deletérios que já são captados no mercado de trabalho em 2015.

E, para nossa tristeza, a velocidade da deterioração na atividade e no mercado de trabalho revela um quadro dramático na medida em que todos os ganhos obtidos desde meados da década de 1990 se percam num prazo não muito longo, graças a problemas ideológicos e na administração equivocada dos governos petistas na condução da política econômica.

1 Ver artigo de Pastore, J.; Chahad, J.P.Z e Portela, A. "Ajuste Fiscal e Mercado de Trabalho". *O Estado de São Paulo*, 30/06/2015, Caderno E&N/1.

2 Para o ano de 2015 utilizaremos estimativas preliminares da expansão do PIB projetando o resultado para o mercado de trabalho, caso as tendências observadas desde 2010 se mantenham.

3 Expectativa do mercado (*Boletim Focus – Relatório de Mercado*, de 26 de junho de 2015).

4 Estamos cientes de que, para fazer esta comparação, o correto seria utilizar o PIB das regiões metropolitanas para as quais de verificou a variação da ocupação. Este é um dado difícil de ser obtido. Ademais, dado o peso das regiões na economia nacional é de se esperar que as variações do PIB nacional com o PIB dessas regiões guardem forte correlação positiva.

5 Os dados da PNAD para 2014 e 2015 são estimativas dos autores a partir das informações divulgadas pela PNAD Contínua.

6 Além do impacto da ampla cobertura dos programas sociais de combate à pobreza e de seguridade social.

7 Disponível em: <http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-de-intencao-de-consumo-das-familias-icf-junho-de>.

(*) Professor Titular da FEA-USP e Pesquisador da FIPE. (E-mail: jpchahad@usp.br).

(**) Mestre pelo PROLAM-USP e colaborador da FIPE.

Breve Análise da Regulamentação da Terceirização

ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI (*)
ANDREA VELASCO RUFATO (**)

O Projeto de Lei nº 4.330 de 2004, que busca regulamentar os contratos de terceirização, gerou intenso debate no Congresso Nacional e na sociedade. De um lado, havia a defesa do projeto pela necessidade de garantir a regulamentação do trabalho dos terceirizados, bem como estabelecer um marco legal que garanta segurança jurídica para todas as partes envolvidas. De outro lado, há grupos que alertam que o referido projeto – aprovado recentemente na Câmara de Deputados e enviado para o Senado –, ao ampliar as possibilidades de terceirização, inclusive para atividade fim das empresas, deve gerar precarização dos direitos e da remuneração dos trabalhadores.

Embora esteja além dos objetivos deste artigo fazer uma análise completa e detalhada do projeto de lei em tela, parece fundamental tanto tentar estabelecer diretrizes gerais em relação ao assunto como também apresentar dados que podem ser úteis para o debate. Em primeiro lugar, é preciso algum grau de realismo para notar que não há possibilidade de total verticalização das empresas e, por esta razão, parece claro que algum grau de terceirização seja inevitável, sendo que as empresas irão pon-

derar um vasto conjunto de fatores para definir o grau ótimo de verticalização. Certamente, um elevado nível de verticalização poderia comprometer a produtividade e a competitividade das empresas.

Contudo, não se pode afastar, de forma alguma, a existência de formas espúrias e oportunistas de terceirização que não geram ganhos de produtividade física para uma mesma quantidade de trabalho, mas apenas servem para precarizar os direitos dos trabalhadores, inclusive com inadimplência de direitos trabalhistas e previdenciários. Também não se pode afastar a hipótese de que a terceirização resulte em menores níveis de remuneração para os trabalhadores, sendo este resultado, inclusive, um dos possíveis interesses do setor patronal.

Apesar desses riscos, também parece importante garantir regulamentação e direitos para os trabalhadores terceirizados, bem como estabelecer um marco legal que garanta segurança jurídica para todas as partes envolvidas.

Feitas essas observações genéricas a respeito do assunto, é importante analisar dados a respeito

do assunto. Na prática, há alguma dificuldade de ter dados sobre a terceirização, em especial, naqueles casos em que os empregados da contratada exercem atividade na contratante. Uma possível análise é comparar os trabalhadores empregados com prestadores de serviços, que também é uma forma de terceirização. Uma fonte que traz os dados de vínculos empregatícios e prestadores de serviço é a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP.

De acordo com dados extraídos da GFIP, conforme informações do Ministério da Previdência Social, o total de prestadores de serviços para empresas cresceu de 4 milhões, em dezembro de 2003, para cerca de 5,4 milhões no mesmo mês de 2013. Isto representou um incremento acumulado de 35,1% e médio anual de 3,1%a.a., em ritmo inferior a dos vínculos empregatícios, que no mesmo período teve incremento médio anual de 5,8%a.a.. Portanto, no período entre dezembro de 2003 e 2013, a relação entre prestadores de serviço e vínculos empregatícios, dos estabelecimentos que declaram GFIP, caiu de 16,6%, no final de 2003, para 12,7% em dezembro de

2013, mas com grandes variações entre setores.

Do total de 5,4 milhões de prestadores de serviço em dezembro de 2013, cerca de 2,956 milhões eram para empresas do SIMPLES (54,3% do total) e 2,4 milhões de estabelecimentos não optantes do referido regime. Do total de 5,4 milhões de prestadores de serviços, cerca de 4,6 milhões (84,7% do total) estavam no setor de serviços, onde a relação prestador de serviço/vínculos de emprego era bem acima da média (12,7%), alcançando 15,8% contra 3,5% e 6,4%, respectivamente, na agropecuária e na indústria. Portanto, nota-se que esse tipo de terceirização era mais intenso no setor de serviços, mais especificamente nos segmentos de atividades imobiliárias (38,1%), atividades financeiras (37,7%), arte, cultura, esporte e recreação (21,4%) e comércio e reparação de veículos (20,7%).

Contudo, o período analisado foi marcado por forte expansão do mercado formal de trabalho e

do emprego com carteira. Com a atual desaceleração da economia e do mercado de trabalho formal existe a possibilidade de maior utilização dos prestadores de serviço. Ademais, nos dados apresentados não está contabilizada a contratação de serviços por parte dos chamados microempreendedores individuais (MEIs), por serem pessoas jurídicas.

Um dado importante é a comparação entre o salário médio dos empregados com a remuneração média dos prestadores de serviço. Embora tal cotejamento não seja uma prova irrefutável da menor remuneração dos terceirizados, tendo em vista que as atividades não sejam necessariamente as mesmas e pelo fato da comparação ser agregada e não controlada por estabelecimento e outras variáveis, chama a atenção o fato de que o salário médio por vínculo empregatício era, em dezembro de 2013, cerca de 80% superior à remuneração média dos prestadores de serviços (R\$ 2.691 e R\$ 1.495, ver última linha da Tabela 1), sem con-

siderar que neste último caso não são pagos determinados encargos trabalhistas. No setor da indústria e serviços a diferença era de, respectivamente, 73,9% e 75,9%. Em alguns segmentos do setor de serviços essas diferenças eram ainda maiores, mais especificamente em serviços de tecnologia da informação (221,2%), Comunicações (190,1%), Educação (177,2%) e Transporte (135,4%).

Um problema dessa comparação, sem total controle dos fatores que afetam a remuneração, é que os prestadores de serviço são muito mais concentrados nas empresas optantes pelo SIMPLES enquanto os vínculos empregatícios são mais importantes do ponto de vista relativo nos não optantes. Contudo, os dados da Tabela 2 mostram que há importantes diferenciais de remuneração entre prestadores de serviços e vínculos empregatícios tanto nas empresas optantes quando não optantes, sendo o maior diferencial nos estabelecimentos optantes pelo SIMPLES.

Tabela 1 – Comparação do Salário Médio dos Vínculos Empregatícios e Valor Médio Pago aos Prestadores de Serviços em Dezembro de 2013 - GFIP

Setor de Atividade Econômica	Valor Médio Pago a Prestador de Serviço (a)	Salário Médio de Vínculo Empregatício (b)	Diferença (b) / (a) em %
1- Agropecuária	1.447	1.991	37,6%
2- Indústria	1.868	3.248	73,9%
Extrativa	2.896	7.280	151,4
Transformação	1.903	3.219	69,1
Produtos alimentícios e bebidas	2.044	2.584	26,4
Produtos têxteis e artigos de vestuário	1.334	1.807	35,5
Fabricação de papel e celulose	3.192	3.843	20,4
Petróleo, biocombustíveis e coque	4.980	5.985	20,2
Produtos químicos	3.313	5.882	77,5
Artigos de borracha e material plástico	2.457	3.086	25,6
Produtos minerais não metálicos	1.569	2.455	56,5
Metalurgia	3.597	4.960	37,9
Fabricação de produtos de metal	1.757	2.947	67,7
Fabricação de equipamentos eletrônicos e ópticos	3.845	3.705	-3,7
Fabricação de máquinas e equipamentos	2.822	4.245	50,4
Fabricação de veículos e equipamentos de transporte	3.743	5.334	42,5
Outras indústrias de transformação	1.399	2.554	82,5
Serviços de utilidade pública	2.530	4.668	84,5
Construção	1.617	2.648	63,8
3- Serviços	1.450	2.551	75,9%
Comércio e reparação de veículos automotores	1.093	2.093	91,5
Transporte, armazenagem e correios	1.246	2.934	135,4
Alojamento e Alimentação	1.017	1.521	49,5
Comunicações	1.638	4.753	190,1
Serviços de tecnologia da informação	1.695	5.445	221,2
Atividades financeiras	3.971	6.333	59,5
Atividades Imobiliárias	1.430	2.582	80,5
Serviços prestados principalmente a empresas	1.381	2.359	70,8
Adm. Pública, Defesa e Segurança Social	2.033	2.484	22,2
Educação	1.084	3.005	177,2
Saúde e Serviços Sociais	1.849	2.885	56,0
Artes, cultura, esporte e recreação	1.274	2.488	95,3
Outros Serviços	1.434	2.381	66,0
4- Outros / Ignorado	1.110	2.146	93,3%
Total	1.495	2.691	80,0%

Fonte: Ministério da Previdência Social com base em dados da GFIP.

Tabela 2 – Comparação do Salário Médio dos Vínculos Empregatícios e Valor Médio Pago aos Prestadores de Serviços em Dezembro de 2013 - GFIP

Setor de Atividade Econômica	Valor Médio pago a Prestador de Serviço (a)	Salário Médio de Vínculo Empregatício (b)	Diferença (b) / (a) em %
Optantes SIMPLES	1.026	1.621	57,9 %
Não Optantes	2.051	3.057	49,0%
Total	1.495	2.691	80,0%

Fonte: Ministério da Previdência Social com base em dados da GFIP.

O setor de locação de mão de obra temporária tinha, em dezembro de 2003, cerca de 402 mil vínculos empregatícios com um salário médio de cerca de R\$1.013 e, portanto, 62,4% abaixo da média de R\$ 2.691 dos empregados como um todo.

De forma resumida e a título de conclusões preliminares superficiais, a regulamentação da terceirização pode ser importante para estabelecer um marco legal que garanta mais segurança jurídica às partes, bem como direitos trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores terceirizados e possibilidades de ganhos reais de produtividade e competitividade. Contudo, em que pesem as limitações das comparações apresentadas na Tabela 1, sem controlar as remunerações por um grupo mais rigoroso de variáveis e atividades efetivamente exercidas, sendo apenas um cotejamento apenas por setor de atividade econômica, os dados são um indício claro de que não se pode afastar a hipótese de precarização no sentido de diminuição das remunerações sem necessariamente haver ganhos compensatórios de produtividade e competitividade que venham a

impulsionar de forma positiva os rendimentos dos trabalhadores. Assim, é preciso que a regulamentação da terceirização seja feita com cuidado para evitar precarização, mas também evitar processos de desverticalização que tragam ganhos efetivos de produtividade e competitividade.

() Mestre em Economia pelo IPE/USP, Mestre em Gestão de Sistemas de Seguridade Social pela Universidade de Alcalá/OISS e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal. O autor tem passagens pelo Ministério da Previdência Social (ex-assessor especial do ministro, diretor do departamento do regime geral e coordenador-geral de estudos previdenciários), Ministério do Trabalho e Emprego (ex-assessor especial do Ministro e coordenador-geral de emprego e renda), Ministério do Desenvolvimento Social, IPEA e OIT. A posição do autor não reflete a opinião das instituições citadas.
(E-mail: rogerio.costanzi@uol.com.br).*

*(**) Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal, bacharel em Relações Internacionais – PUC-MG e especialista em Gestão Estratégica – UFMG. Atualmente em exercício na Coordenação de Estudos Previdenciários, da Secretaria de Políticas de Previdência Social do MPS.*

Sofisticação Tecnológica e Desenvolvimento Econômico: A Divisão Centro-Periferia no Contexto das Cadeias Globais de Valor

CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS (*)

Atualmente, cerca de 80% do fluxo de mercadorias e serviços internacionais se realiza no âmbito das cadeias globais de valor (OCDE/OMC 2013), lideradas em geral por empresas transnacionais oligopolistas. Nessas cadeias, o valor total adicionado do que se consome globalmente passou a incluir a contribuição de um número crescente de empresas e trabalhadores e de países e regiões, tornando-as complexas redes produtivas e comerciais. O aprofundamento da internacionalização e da fragmentação da produção em atividades e tarefas, inserida no contexto capitalista interestatal de mundialização produtiva e financeira, significa maior divisão internacional de trabalho, o que remete à velha pergunta sobre como a especialização produtiva influi na riqueza das nações.

A resposta de Adam Smith tinha o pressuposto de que a maior divisão de trabalho é desejável em diversos âmbitos: internacional, macroeconômico, microeconômico e intrafirma. Seria uma condição para que o mecanismo “eficiência” resultasse em maior quantidade de bens produzidos. No âmbito do comércio internacional, Smith e Ricardo defenderam a especia-

lização na produção e exportação dos bens em que o custo de produção seria inferior, para o primeiro em termos absolutos, e para o segundo em termos relativos. Derivações posteriores da teoria das vantagens comparativas da economia clássica firmaram como critério mais importante para a inserção de cada país na divisão internacional do trabalho a abundância relativa dos fatores de produção (modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson). Porém, tanto a condição, quanto o mecanismo e, ainda, os resultados têm sido criticados incessantemente por formulações teóricas posteriores, ortodoxas e heterodoxas. Aqui se ressalta a crítica sobre a eleição da quantidade disponível de bens, resultante do funcionamento sem falhas do mercado, como consequência mais importante da especialização em vantagens comparativas. Só que esta não é a única, tampouco neutra, nem mesmo a mais desejável consequência da especialização produtiva e comercial de cada país – além de ser improvável por estar condicionada a premissas não observadas que impossibilitam o equilíbrio esperado entre preços e quantidades finais.

Os efeitos da especialização de cada país para o seu desenvolvimento econômico voltaram ao foco do debate após a Segunda Guerra Mundial, tendo sido investigado a partir de diversas perspectivas. Conforme proposto na tese de doutoramento desta autora (REIS, 2013), apesar da variedade de abordagens, distinguem-se duas dimensões principais para explicar as diferenças nos caminhos do desenvolvimento a partir da especialização produtiva: a estrutural e a institucional. Claro que ambas estão interconectadas, contudo os estudos sobre desenvolvimento em geral empregam maior ou menor ênfase em algumas delas, sendo relativamente menos frequentes análises que se empenham em relacionar a estrutura às instituições e seus processos conjuntos de evolução. Em cada uma das dimensões identificam-se, ainda, diferentes ênfases nos determinantes do desenvolvimento. Por exemplo, com relação à estrutura, os estudos tendem a se concentrar em aspectos como dotações iniciais, efeitos de encadeamento, progresso técnico e exploração do trabalho. Do lado das instituições, dentre os determinantes apontados mais recorrentes estão o Estado (em especial,

o regime macroeconômico, política industrial, comercial e tecnológica), os interesses externos, os direitos de propriedade, educação e sistema nacional de inovação.

Em especial, no que concerne a configuração da produção internacional em cadeias globais de valor, desde os anos 2000 parte importante do debate sobre desenvolvimento econômico concentra-se na investigação sobre a complexidade tecnológica da produção e do comércio externo, a partir de uma perspectiva mais estruturalista. O desafio é entender as dinâmicas de especialização em um cenário onde a divisão centro/ periferia já não se baseia na separação centro – produtor de manufaturas – e periferia – produtora de recursos naturais. Em ambos os setores, existem diferentes graus de complexidade tecnológica, de forma também que a classificação tradicional de intensidade tecnológica não expõe a complexidade dos produtos. Por exemplo, certos grupos de equipamentos óticos que pertencem ao grupo classificado como alta intensidade tecnológica pela UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) incluem tanto câmeras profissionais de filmagem caras quanto relógios de pulso, produtos de baixo preço e fabricados em altíssima escala que engordam as exportações de alguns países asiáticos, por exemplo. Além dessas diferenças de preço entre os bens incluídos nas diversas classifica-

ções tecnológicas, tem-se também a dificuldade de se atribuir ou não o valor adicionado de cada bem ao país de origem da sua exportação. No mesmo exemplo, pode ser que somente a montagem da câmera filmadora tenha ocorrido na Malásia; contudo, a maior parte do valor adicionado dela pode ter sido importada. Isso significa que a contribuição de certos artigos de exportação para a geração tecnológica local no país de montagem, bem como para seus efeitos de encadeamento industriais e multiplicadores de produto pode ser bem fraca, a depender do tipo de atividade da cadeia global de valor (CGV) envolvida.

Desse modo, diversas iniciativas recentes buscam construir indicadores para medir tanto a participação dos países nas cadeias de valor quanto a complexidade dos bens e serviços ofertados por eles, para daí avaliar as consequências para o desenvolvimento econômico. No primeiro caso, alguns exemplos são as bases de dados de comércio em termos de valor adicionado da UNCTAD, OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), OMC (Organização Mundial do Comércio) e WIOD (*World Input-Output database*, Banco de dados de Matrizes Insumo-Produto financiado pela Comissão Europeia). No segundo caso, em 2011 foi fundado o Atlas da Complexidade, pelos economistas Ricardo Hausman e César Hidalgo, respectivamente da Uni-

versidade de Harvard e do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT), ambos nos Estados Unidos.

Por enquanto, encontrar o valor adicionado importado por setor nas exportações dos diversos países bem como a origem desse valor não levam a nenhuma regra geral sobre as vantagens de estar mais ou menos engajado às CGV. Isso porque os diferentes portes das economias, suas diversas especializações, padrões de comércio, esquemas de interação regional conferem caráter autêntico a cada caso. No entanto, a informação serve exatamente para isso: compreender as relações produtivas e comerciais entre países e como a evolução das exportações se associa ao modo de inserção externa, seja ditado primordialmente por fatores externos (fundamentalmente, as estratégias das multinacionais e do Estados parceiros comerciais e financeiros) seja por fatores internos (políticas macroeconômica, industriais e tecnológicas e decisões do capital nacional) a cada economia.

No caso brasileiro, após ter apresentado queda de 11,7% para 10%, entre 2005 e 2009, a participação do valor adicionado estrangeiro nas exportações brutas totais aumentou para 10,8% em 2011, de acordo com a OCDE/ OMC. A variabilidade desse percentual entre os setores da indústria de transformação é baixa, relativamente a outros países, alcançan-

do um máximo de quase 20% em “equipamentos elétricos e óticos” e um mínimo de 9,7% em “têxteis, produtos têxteis, couro e calçados”. Os percentuais de valor importado nas exportações brasileiras não estão concentrados em um parceiro comercial específico, mas as parcelas deles são relativamente parecidas entre os diversos setores industriais, sendo que a principal origem era os EUA (19% do total de valor adicionado importado). No setor de “equipamentos elétricos e óticos”, a importância dos EUA era mais reduzida e praticamente idêntica à da China (ambos de cerca de 15%), enquanto em “têxteis, produtos têxteis, couro e calçados” a da China era superior (18%) à dos EUA (15%). Assim, atualmente a inserção brasileira nas CGV reflete a diversidade e a resiliência da matriz industrial doméstica, mas também seu papel enquanto fornecedor de matérias-primas e alimentos e enquanto mercado consumidor de bens e serviços.

E o que o tipo de integração às CGV implica para o desenvolvimento econômico, comparativamente a outros países de renda média? Conforme defesa recente em Reis e Souza (2015), quando conduzida estrategicamente, a maior e melhor participação nas CGV tem potencial para elevar a capacidade técnica produtiva e sofisticar a matriz industrial. De outra forma, o engajamento apenas por meio de atividades que adicionam pouco valor pouco ou nada contribui para

o desenvolvimento econômico, considerando seus impactos negativos em termos de dependência tecnológica, heterogeneidade estrutural (setor exportador com maior produtividade e salários do que os outros setores da economia), vulnerabilidade externa, consequências ambientais e sociais (condições de trabalho, seguridade, poluição, devastação, esgotamento de recursos etc.). Assim, o desafio é como incentivar as empresas transnacionais dominantes das hierarquias das CGV que já atuam no território para lhe conferir um papel mais dinâmico, ou seja, destinando-lhe tarefas e atividades mais complexas. Nesse sentido, a sofisticação requer políticas econômicas e industriais domésticas para o aprofundamento tecnológico e de conhecimento para sustentar o crescimento das exportações, dinamizando a estrutura produtiva e o fluxo de renda da economia como um todo.

E o que seria a sofisticação em termos concretos? Teoricamente, trata-se da diversificação para atividades industriais que melhoraram a qualidade dos produtos, com mais intensivas em conhecimento e tecnologia, inovadoras e que geram diferenciação – geralmente relacionadas a tarefas de desenvolvimento dos produtos (como *P&D Design*) e logística e comercialização (como marketing). Trata-se, também de, afinal, aumentar a participação dos bens intensivos em tecnologia de alto preço, conforme discussão

anterior, na pauta exportadora. Apesar de não ser exatamente uma forma de avaliar a sofisticação, o índice de complexidade tecnológica, de Hausman e Hidalgo, citado anteriormente, é uma tentativa de quantificar a sofisticação comercial (HARTMANN *et al.*, 2015). O indicador dá um passo além na análise de diversificação porque a combina com a questão da ubiquidade. Diversificação é examinada através da quantidade de produtos exportados por um país, enquanto a ubiquidade é avaliada pela quantidade de países que exportam cada produto – ambos por meio de matrizes de exportações elaboradas pelo Observatório da Complexidade Econômica, do MIT. A complexidade econômica é maior quanto menos ubíquos e mais diversificados forem os produtos exportados (HIDALGO; HAUSMANN, 2009).

Examinando a complexidade, Hartmann *et al.* (2015, p. 11) encontram uma “forte e robusta correlação” entre a estrutura produtiva dos países e a desigualdade de renda: quanto mais complexa, menor a desigualdade. Entre os produtos mais complexos (total de 1220 em 2012), a maior parte é da indústria de transformação – o que reforça o argumento da importância da industrialização para o desenvolvimento econômico. Todavia, tal como reforçado neste artigo, os rumos da diversificação são cruciais. Assim o ranking da complexidade é liberado por bens da indústria química

(material de desenvolvimento de exposição fotográfica, halides e filmes fotográficos), instrumentos médicos, óticos e de precisão (equipamento de laboratório fotográfico, LCDs, microscópios não óticos, gás e de fluxo líquido, Instrumentos de Medição, equipamentos de raios x e microscópios), máquinas e equipamentos (máquinas têxteis artificiais, máquinas de acabamento de metais, máquinas de trabalhar com vidro) e metais (placas de ferramenta, lâminas de corte, zircônio).

Os vinte países mais complexos são todos de alta renda. Contudo, há exceções importantes, de países ricos que não estão entre os mais complexos – por conta da questão da ubiquidade: Noruega, Emirados Árabes e Austrália. E os setenta países menos complexos do ranking de 144 países são de baixa renda. Conforme interpretou Gala (2015) “não é difícil perceber que o desenvolvimento econômico pode ser tratado como o domínio de técnicas de produção mais sofisticadas que em geral levam a produção de maior valor adicionado por trabalhador”. Consequentemente, ainda segundo o autor, o tecido produtivo mais sofisticado das indústrias tem relação direta com o maior conhecimento e qualificação dos trabalhadores, com níveis mais elevados de salários e melhores condições de trabalho. Assim, de forma geral,

na atual divisão centro/ periferia há países ricos que apresentam exportações mais complexas, ou seja, mais diversificadas e raras, enquanto os países pobres são menos complexos e tendem a se especializar em uma quantidade menor de produtos e/ou ubíquos.

Concluindo, a complexidade das exportações brasileiras regrediu: em 2013, O Brasil era a 51^a economia exportadora mais complexa, tendo sido a 40^a em 2005. A pauta de exportação brasileira se concentra em produtos minerais (minérios de ferro, petróleo cru), alimentos (açúcar bruto e farelo de soja) e produtos agrários (soja, milho e café) e, dentro dos gêneros industriais destacam-se máquinas, equipamentos de transporte e químicos. Por outro lado, importa petróleo refinado e cru, itens mais complexos de transporte para alimentar a produção interna do setor e químicos. O enfraquecimento da posição comercial do Brasil é uma ameaça ao futuro da trajetória de desenvolvimento, muito embora o País permaneça sendo uma economia industrial de grande porte. Voltada essencialmente ao mercado interno, como mostram as duas breves análises – da participação na CGV e de complexidade –, a indústria de transformação brasileira ainda o faz o 11^o maior produtor mundial no ranking da UNIDO em 2014 – com matriz diversificada e

inovadora em diversos segmentos, como aeroespacial e químico. Contudo, cada vez mais suas cadeias produtivas estão sendo corroídas, perdendo elos mais sofisticados, que vêm sendo substituídos por importações desde o processo de valorização do dólar e elevação da renda interna. Com dificuldades competitivas crescentes, desde 2011, a produção industrial registra variação negativa – o que redundou na queda do emprego, arrefecendo a dinâmica de renda de toda a economia. Para retomar o desenvolvimento, o crescimento industrial é, logo, essencial – tanto melhor quanto mais se sofisticar, para uma integração estratégica nas cadeias globais de valor.

Referências

- GALA, Paulo. A vingança dos estruturalistas. *Blog PAULO GALA Economia, finanças e investimentos*, 05/02/2015. Disponível em: <<http://www.paulogala.com.br/?p=1803>>.
- HARTMANN, D. et al. *Linking economic complexity, institutions and income inequality*. Papers, arXiv.org, 2015. Disponível em: <<http://EconPapers.repec.org/RePEc:arx:papers:1505.07907>>.
- HILDAGO, C. A.; HAUSMANN, R. *The building blocks of economic complexity*. Proc. Nat. Acad. Sci., 106, 26, 10570-75, 2009.
- OCDE; OMC. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e Organização Mundial do Comércio. *Trade in ValueAdded (TIVA)*. Disponível em: <http://stats.OECD.org/Index.aspx?DataSetCode=TIVA_OCDE_WTO>.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. *Classificação por intensidade tecnológica das exportações*. Genebra. Disponível em: <<http://www.unctad.org>>.

UNIDO. United Nations Industrial Development Organization. *Country profiles*. Disponível em: <<http://www.unido.org/>>.

REIS, Cristina F. B. *Recursos naturais e desenvolvimento econômico: da especialização à diversificação produtiva e exportadora nos SEANICs*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, IE- UFRJ, 2013.

____; SOUZA, Rogério C. Produtividade e custo do trabalho na indústria de transformação no Brasil e em países selecionados: implicações para a inserção nas cadeias globais de valor. In: BARBOSA *et al.* (Orgs.), *Indústria e desenvolvimento produtivo no Brasil*. São Paulo: FGV, 2015, p. 71-92.

() Bacharel em Ciências Econômicas pela FEA-USP, mestre e doutora em Economia pelo IE-UFRJ, professora dos Bacharelados de Economia e de Relações Internacionais da UFABC, coordenadora do Grupo de Pesquisas de Cadeias Globais de Valor da UFABC. Artigo realizado com apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do ABC através do Edital Recém-Doutor nº 01/2014. (E-mail: cristina.reis@ufabc.edu.br).*

Nota Sobre a Emergência e Consolidação do Latifúndio no Brasil

IRACI DEL NERO DA COSTA (*)

Creio ser aconselhável o desenvolvimento de um estudo aprofundado e circunstanciado concernente às causas econômicas e políticas sobre as quais se assentou a emergência e consolidação da grande propriedade latifundiária no Brasil.

Dever-se-á ter em conta que a Coroa Portuguesa promoveu, pioneiramente, a valorização da terra como forma de viabilizar sua ocupação. Com as Capitânicas Donatárias e mediante a doação de sesmarias e o fabrico do açúcar atraiu o capital particular para a tarefa de ocupar e povoar uma área na qual esperava encontrar os minerais preciosos que tão solícitamente se ofereceram aos espanhóis.

Como sabido, a produção açucareira impunha a existência de um “fundo” de reserva de terras a ser explorado no correr do tempo. Ademais, não deve ser esquecida a formação das propriedades votadas à atividade criatória extensiva, proibida que esteve na área própria à produção do açúcar e estimulada que foi em face da crise provocada pela concorrência promovida pela incorporação, por holandeses, das Antilhas na produção do açúcar.

Também se revela significativa a necessária distinção entre a propriedade e o usufruto da terra. Como referido por distintos autores, estabeleceu-se, no Brasil, um largo distanciamento entre a propriedade da terra (altamente seletiva, elitista e restritiva) e as várias formas assumidas pelo seu usufruto (cessão graciosa, aluguel, aforamento, posse, existência de *moradores, agregados, rendeiros*, de lavradores mais modestos – os *obrigados* –, da meia, da terça etc.), o qual, diga-se, não se marcou pela excludência, mas, antes, por certa “permissividade” da qual resultou um amplo leque de maneiras mediante as quais tornou-se possível, aos menos privilegiados, o acesso à terra.¹

Tal distanciamento entre propriedade e usufruto parece-nos crucial não só para o entendimento da instituição do latifúndio, mas, também, para a compreensão da própria formação das populações brasileiras, sobretudo dos segmentos populacionais não imediatamente vinculados à manutenção e reprodução do sistema econômico dominante, vale dizer, não imediatamente necessários à assim chamada *grande lavoura*. Assim, se

nos centrarmos na consideração desta última defrontar-nos-emos, sempre, com o latifúndio excludente; de outra parte, se dermos atenção ao usufruto da terra e ao autoconsumo veremos abrir-se o terreno no qual desenvolveu-se parcela substantiva da população brasileira; nesta mesma órbita encontraremos, ademais, as raízes de muitos dos problemas sociais, demográficos e econômicos que nos afligem atualmente.

A meu ver, estamos em face de um caso flagrante em que um elemento de mediação – representado pelo usufruto da terra – desempenha papel codeterminante quanto à ocupação de um fator produtivo crucial, cabendo à propriedade plena da terra o papel de determinante em última instância quanto à alocação do fator.

Por seu turno, a emergência do Estado nacional, decorrente da independência, não foi bastante para superar a estrutura agrária preexistente. Como sabido, nossas elites “herdaram” o Brasil. Não tiveram, pois, de deslocar uma classe do poder, caso das revoluções burguesas na Europa, nem se viram obrigadas a travar, como ocorreu

na América inglesa, uma guerra de independência. Daí decorreu o caráter restrito assumido pelas ideias liberais entre nós: colocavam-se, aquelas elites, contra as políticas mercantilistas impostas pela metrópole, preconizavam o livre-câmbio, a liberdade de comércio e a de alocação de fatores e recursos, e, ao mesmo tempo, aceitaram e puseram em prática uma constituição marcada pela exclusão, pois calcada no voto censitário e na continuidade do trabalho escravo. Foi, pois, tendo como pano de fundo a negação da cidadania plena e a prevalência dos interesses dos grandes proprietários escravistas agroexportadores que se estabeleceu a nova nação. Destarte, na ausência de forças antagônicas que as compelissem a uma luta para a qual certamente teriam de mobilizar as camadas subalternas da sociedade, nossas elites não se viram na contingência de inscrever os interesses daquelas camadas no arcabouço constitucional e jurídico sobre o qual estruturou-se o Estado nascente, o qual se limitou a expressar os interesses imediatos dos segmentos socioeconômicos dominantes.

Igualmente relevante mostra-se o fato de a transição do assim chamado “capital escravista-mercantil” (Cf. PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci del Nero da (orgs), 2010) para o “capital industrial” ter ocorrido sem a presença de um rompimento revolucionário com o passado escravista, fato este que não exi-

giu um compromisso das classes dominantes com a massa desprivilegiada da população; de tal compromisso poderia, eventualmente, ter resultado a implementação de uma reforma agrária que viesse a abalar a existência das grandes propriedades.

Referências

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. 2a. ed. São Paulo: Martins, 1951.

PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci del Nero da (Org.). *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2010, 226 p.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens às nascentes do Rio S. Francisco e pela província de Goyaz*. São Paulo: Editora Nacional, tomo primeiro, 1937.

_____. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo: 1822*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1974.

1 Este fato viu-se fartamente documentado por autores coevos. Apenas a título ilustrativo reproduzimos aqui dois destes relatos: “Ninguém aqui, disse-me o comandante, quer ganhar dinheiro para trabalhar, por pouco que seja, de um modo constante. Os fazendeiros, que possuem todos grandes extensões de terra, deixam os pobres cultivá-las na quantidade que quiserem; com muito pouco trabalho estes últimos estão certos de ganhar o bastante para viver durante um ano, e preferem repousar a gozar de bem estar devido a alguns suores.” (SAINT-HILAIRE, 1937, p.163). “O único recurso que ao pobre cabe é pedir, ao que possui léguas de terra, a permissão de arrotear um pedaço de chão. Raramente lhe é recusada tal licença, mas como pode ser cassada de um momento para outro, por capricho ou interesse, os

que cultivam terreno alheio e chamam-se agregados, só plantam grãos cuja colheita pode ser feita em poucos meses, tais como o milho e o feijão. Não fazem plantações que só dêem ao cabo de longo tempo como o café.” (SAINT-HILAIRE, 1974, p.24). “Conseguem-se terras tanto por doação como por compra e, como as distribuem baseados só no mapa, sem qualquer medição no terreno, não admira que surjam contestações e confusões com respeito às divisas. A fim de esclarecer e confirmar suas pretensões, há muitos proprietários que instalam ao redor de suas fronteiras certo número de pequenos sitiantes a que chamam de “moradores”; estes pagam um pequeno foro, buscam seu sustento principalmente pelo cultivo de verduras e preenchem as importantes funções de vigias, impedindo invasão por parte dos proprietários e furtos de madeira. São geralmente gente bronca, que tem família, por vezes um ou dois escravos, e muito crescem à população local; amam contudo a independência e raramente permanecem depois que as divisas já estão devidamente discriminadas e em cultivo suas partes mais remotas. [...] Sucede-lhe, frequentemente, uma classe mais valiosa de foreiros que possui já um capital pequeno, que empregam na compra de escravos, cultivando porções maiores de terra e pagando seus foros seja em moeda seja em trabalho e, ainda, o que é mais comum, em gêneros. Se o artigo produzido é a cana, a mais lucrativa das culturas do Brasil, metade da produção toca ao dono das terras, pela qual não só fornece ele o solo, como mói a quota do meeiro... (...) Ao mesmo tempo há muitos foreiros que melhoraram de situação, fazem-se adiantados entre os lavradores e acabam por se tornarem também proprietários.” (LUCCOCK, 1951, p. 194).

(*) Professor livre-docente aposentado da FEA-USP. (E-mail: idd@terra.com.br).

Economia Criativa: 20 Anos Depois

JULIO LUCCHESI MORAES (*)

Entre os dias 1 e 7 de julho do presente ano foi realizada no Rio de Janeiro e em São Paulo mais uma edição do BIG (*Brazil's Independent Games*) Festival, um dos maiores eventos de games do País. Além de rodadas de negócio, sessões de pitching e premiação de projetos, o evento contou também com uma série de palestras e mesas de debate em que se discutiram os principais desafios e potencialidades da produção e comercialização de games independentes no Brasil e no mundo.

O evento segue uma trajetória crescente de sedimentação e neste ano teve patrocínio, apoio ou parceria de instituições de relevo nacional como o BNDES, o SEBRAE e a APEX. Para além de um encontro focado em temas restritos, muitas das reflexões então levantadas espelham e, em grande medida, corporificam os atuais dilemas da Economia Criativa e das TICs.

Partindo de alguns insights surgidos nos debates do festival, o presente artigo procura dar continuidade à série de reflexões sobre as tendências e processos atualmente em curso no setor criativo. Para tanto, iniciaremos nossa reflexão por uma espécie de balanço histó-

rico, tomando por base o Manifesto pela Economia Criativa, publicado pelo NESTA – *National Endowment for Science, Technology and the Arts* (órgão britânico de inovação em 2013) e indicando algumas das principais transfigurações pelas quais o setor passou ao longo de seus quase 20 anos de existência. A proposta seguinte é de matizar essas discussões no contexto de economias emergentes, como o Brasil.

1 Economia Criativa: Uma Revisão Crítica

Em sua comunicação no BIG, Alexandre Mandryka, especialista em propriedades intelectuais da consultoria canadense Game Whispering, fez uma interessante arguição do conceito de “transmídia” para o sucesso dos atuais projetos audiovisuais. A defesa da necessidade de projetar produtos e serviços capazes de veiculação em plataformas múltiplas (computadores, televisão, aplicativos etc.) certamente não é nova. O que é, de fato, distinto, é a centralidade que o conceito adquiriu não apenas no universo dos games, mas no setor audiovisual e criativo como um todo. Um termo que, outrora, circulava de maneira restrita pelos nichos,

fóruns e blogs especializados, figurando como uma distante quimera tecnológica, é hoje um dos pilares da ecologia empresarial do setor (MANDRYKA, 2015).

Não por acaso, semelhante percepção também foi registrada nas páginas inaugurais do Manifesto pela Economia Criativa, documento redigido por um grupo de pesquisadores do NESTA, um dos principais órgãos de inovação do Reino Unido. O prefácio do Manifesto, assinado por Geoff Mulgan, diretor executivo da instituição, resgata a retórica das incríveis potencialidades do universo digital, da convergência tecnológica e do irreversível processo de superação de antigas mídias e formatos culturais por substitutos digitais, uma narrativa reinante nos anos 1990. Essa euforia tecnológica da primeira geração online, contudo, pouco ou nada influenciou no desenho das políticas e ações voltadas ao setor criativo de então (MULGAN, 2013, p.6).

De fato, o que o documento do NESTA nos oferece, ao longo de suas mais de cem páginas é não somente uma rica narrativa sobre a trajetória institucional da Economia Criativa em seu contexto de nascença, o Reino Unido, mas uma

efetiva cartilha de recomendações políticas para o triunfo dessa pauta para os próximos anos. Há, de fato, muito a se extrair deste documento, entendendo, por exemplo, seus possíveis desdobramentos num contexto emergente como o brasileiro. Antes disso, contudo, passemos em revista alguns de seus principais tópicos.

O primeiro ponto de destaque versa sobre os dez primeiros anos de reflexões teóricas e políticas da Economia Criativa, entre meados dos anos 1990 até a metade da década seguinte. Fosse pelo ambiente ressabido da bolha das empresas “ponto-com”, transcorrido entre 1997 e 2000, fossem os temores advindos do bug do milênio, fosse ainda por ação de lobbies do setor de telecomunicações, concluem os autores que as autoridades foram sobremaneira tímidas quando da consideração da dimensão digital da Economia Criativa (BAKHSHI; HARGREAVES; MATEOS-GARCIA, 2013, p. 19).¹

Essa pouca atenção dispendida por Londres (e, em sentido ampliado, pela Europa como um todo) ao componente digital da Economia Criativa redundou em perda de competitividade internacional em setores estratégicos ao longo dos anos subsequentes. Assim, mais do que uma acrítica revisão das políticas do passado, o resgate histórico do Manifesto é mobilizado com o intuito de interromper e,

idealmente, retificar uma trajetória negativa.

Dentro de tal contexto, defendem os autores posições bastante firmes e estratégicas. Uma das dez propostas do documento almeja, por exemplo, promover o empoderamento do OfCom (*Office of Communications*), a agência reguladora de telecomunicações britânica, permitindo-lhe prerrogativas de regulação e até de efetiva intervenção econômica no universo da internet. Essa ampliação dos poderes legais da agência atrelar-se-ia a um esforço central em prol da salvaguarda da soberania nacional britânica contra a concorrência desleal de grupos tecnológicos internacionais (*Idem*, p.21).

2 Criatividade e as TICs: Uma Polêmica Metodológica

O tom iconoclasta do documento do NESTA não se esgota nessa apresentação de erros e omissões das políticas britânicas no universo da Economia Criativa. Sua lista de sugestões inovadoras abrange um diferenciado portfólio de ações, procurando impactar as mais distintas áreas da Economia e da sociedade britânica como um todo. Do sistema financeiro à educação básica, das políticas de desenvolvimento regional às leis de patente, propõem os autores uma ampla gama de alterações, tendo por meta o desenho de uma estrutura institucional potencia-

lizada para enfrentar os desafios econômicos (e tecnológicos) das próximas décadas.

Nesse contexto, uma das mais polêmicas posições vincula-se à uma espécie de implosão da barreira divisora entre os setores “criativos” e os “não criativos”. O argumento dos autores é simples, porém bastante impactante. Basicamente, os autores revisitam o Mapeamento Dinâmico das Indústrias Criativas Britânicas, pesquisa que relativiza dados e estatísticas oficiais formuladas pelo DCMS (*Department of Culture, Media and Sports*) (BAKHSHI; FREEMAN; HIGGS, 2013). Suas principais premissas são:

- 1) Nem todos os empregados dos chamados setores criativos são, efetivamente, profissionais alocados em ocupações criativas. Por exemplo: além de diretores e artistas, uma companhia de teatro emprega também profissionais de apoio (eletricistas, motoristas etc.);
- 2) Por sua vez, certos setores exteriores ao núcleo criativo de fato empregam profissionais “criativos”;
- 3) Dessa relação entre profissionais efetivamente criativos e profissionais de apoio seria possível propor um “índice de intensidade” de criatividade para cada setor econômico.

Migrando, portanto, as atenções do conceito de setor criativo para o conceito de trabalho (ou ocupação) criativo(a), a conclusão dos autores é bastante interessante: muitos segmentos originalmente excluídos do chamado núcleo criativo empregam, efetivamente, um contingente maior de profissionais e/ou ocupações criativas do que os setores internos (BAKHSI; HARGREAVES; MATEOS-GARCIA, 2013, p.33). Consequentemente, muitos setores externos aos tradicionalmente alocados dentro da Economia Criativa podem desfrutar de um índice de intensidade de criatividade mais elevado.

O ponto alto desse posicionamento metodológico é a defesa do elevado índice de intensidade criativa de certas atividades do mundo das Tecnologias de Informação e Comunicação. Os autores não negam que a equiparação de produtos e serviços como “desenvolvimento de software” ou “consultoria em TI” a rubricas tradicionais como artes visuais, música ou artes plásticas foi (e, em grande medida, continua sendo) indigesta.²

É, contudo, justamente pela superação dessa cisão entre o mundo tradicional da cultura e das artes e o universo tecnológico que os autores militam. O tom de alerta do texto não é uma simples opção estilística e a defesa da fusão entre a pauta da economia criativa tradicional e a pauta tecnológica não é uma simples recomendação acadêmica. Temos aí um verdadeiro plano de sobrevivência.

Referências

- BAKHSI, Hasan; HARGREAVES, Ian; MATEOS-GARCIA, Juan. *A Manifesto for the Creative Economy*. London: NESTA, 2013.
- BAKHSI, H.; FREEMAN, A.; HIGGS, P. *A dynamic mapping of the UK's creative industries*. London: Nesta, 2013.
- HOWKINGS, John. *The Creative Economy*. London: Penguin, 2001.

MANDRYKA, Alexandre. Transmídia. In: BIG Festival. *Comunicação na mesa*: “Navegando entre as várias telas: televisão, cinema, transmídia e jogos”. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 03 jul. 2015.

MULGAN, Geoff. Foreword. In: BAKHSI, Hasan; HARGREAVES, Ian; MATEOS-GARCIA, Juan. *A manifest for the Creative Economy*. London: NESTA, 2013. p. 6.

1 Os autores recorrem aqui ao trabalho de John Howkings, que, na segunda edição de sua célebre obra *A Economia Criativa: como as pessoas ganham dinheiro de ideias*, declara o seguinte: “A nova economia é criatividade acrescida do eletrônico.” (2001, p.203).

2 Nas palavras do documento britânico, a inclusão do desenvolvimento de softwares como uma atividade criativa “tornou-se um tema controverso, já que ela não assentava pacificamente com a dimensão estética e artística que muitos acreditavam ser a essência das indústrias criativas.” (BAKSHI; HARGREAVES; MATEOS-GARCIA, 2013, p. 27).

(*) Graduado em Ciências Econômicas e Doutor em História Econômica pela USP. Trabalha com temas ligados à Economia da Cultura, Economia Criativa e Economia da Tecnologia, da Informação e Comunicação (TICs). Participou do BIG Festival na condição de Assessor de Desenvolvimento Econômico da Spcine, uma das empresas realizadas do evento. (E-mail: julio.moraes@usp.br).

Desigualdade Entre Escolas Públicas no Brasil: Um Olhar Inicial

GABRIEL BARRETO CORREA (*)
ISABEL OPICE (**)

1 Introdução

Não é novidade que o Brasil apresenta, além de índices educacionais muito baixos em comparações internacionais, uma grande desigualdade no ensino que oferece a seus alunos. Enquanto há crianças e jovens sendo preparados em escolas que lhe garantem um futuro repleto de oportunidades, muitos são educados com uma qualidade bem aquém da desejada para uma nação que quer se tornar “pátria educadora”.

Essa discussão sobre desigualdade nas escolas vem sendo aprofundada na academia e na esfera política, mas muitas vezes o foco está apenas nas diferenças existentes entre escolas públicas e privadas. Como no Brasil temos mais de 80% dos estudantes de ensino básico matriculados na rede pública, é de suma importância a compreensão de que,

mesmo olhando apenas para esse universo, as oportunidades educacionais não são igualmente distribuídas. Comparando as melhores e piores escolas públicas do País, podemos obter informações importantes para que se possam propor políticas públicas que visem garantir que, em termos de educação, não estejamos deixando ninguém para trás.

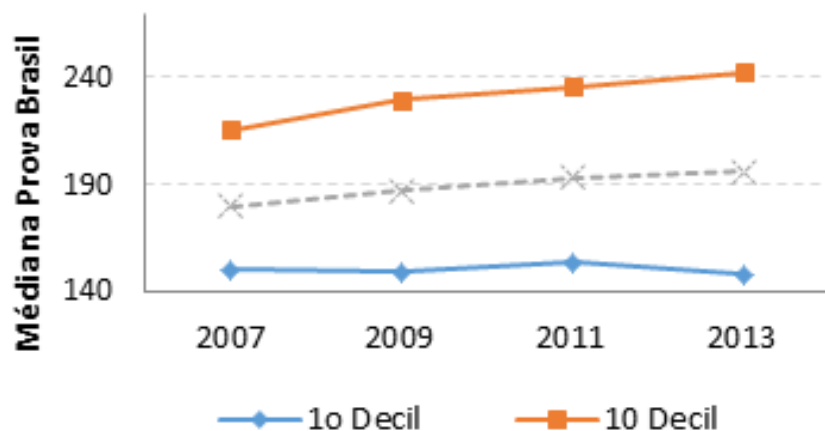
Assim, o objetivo desse breve artigo é iniciar essa comparação, buscando motivar o tema para pesquisas mais profundas sobre o assunto.

2 Desigualdade Entre Escolas Públicas no Brasil

Conforme mencionado anteriormente, há grande desigualdade no nível de educação pública oferecido o Brasil. Ainda que observemos um avanço na média de exames

padronizados para os alunos da educação básica na rede pública ao longo dos últimos anos, essa melhora não ocorre de maneira homogênea entre as escolas. Isso pode ser facilmente notado no gráfico a seguir, que apresenta o resultado médio da Prova Brasil entre 2007 e 2013 para os alunos do ensino fundamental inicial. O gráfico distingue a média de todas as escolas (Média Brasil) das escolas que estão entre as 10% com melhores notas (10° decil) e escolas entre as 10% com piores notas (1° decil). A análise evidencia que a melhora da média geral é um reflexo maior dos resultados das escolas do 10° decil, e o que se observa para as escolas do 1° decil é uma piora no nível de desempenho. Em resumo, enquanto as melhores escolas públicas brasileiras conseguem ofertar um ensino cada vez melhor, o mesmo não ocorre para o grupo de piores escolas.

Gráfico 1 – Comparação de Notas das Escolas do 1º e 10º Decis, de 2007 a 2013



Fonte: Inep – SAEB 2013.

É importante apontar que a divisão por decil de nota faz com que não acompanhem os mesmos grupos de escolas ao longo dos anos. As 10% escolas com piores resultados em 2007 não permaneceram necessariamente nessa posição até 2013. Embora fique claro que há um aumento da diferença de nota desses dois grupos, não podemos inferir que as escolas com piores notas nos primeiros anos não melhoraram seus resultados. Ainda assim, é surpreendente que alunos que estavam nas piores escolas

brasileiras em 2013 estão recebendo educação em nível inferior ao que alunos que estavam nas piores escolas brasileiras seis anos antes.

Para termos uma visão de como as escolas estão evoluindo, uma questão interessante é: como evoluíram os resultados das escolas que estavam no 1º e 10º decis de 2007 até a última avaliação, em 2013?

A tabela a seguir mostra essa evolução. Nota-se que é significativa a proporção de escolas com piores

resultados que deixam de constar na avaliação nos anos seguintes.¹ Por exemplo, observa-se que em 2013, 31% das escolas que estavam entre as piores em 2007 já não aparecem no Censo Escolar. Além disso, 33% das piores escolas de 2007 estavam em 2013 no 1º ou 2º decis (entre as 20% piores). Ou seja, passados seis anos, essas instituições se mantêm em posições relativas semelhantes, oferecendo baixíssima qualidade de ensino.

Tabela 1 – Distribuição das Escolas do 1º e 10º Decis de 2007 nos Decis de Anos Posteriores

Decil em 2007	2009		2011		2013	
	1º	10º	1º	10º	1º	10º
Não Cadastrada	19%	6%	26%	13%	31%	14%
1º	22%	0%	20%	0%	17%	0%
2º	21%	0%	18%	0%	16%	0%
3º	15%	0%	12%	0%	12%	1%
4º	9%	1%	8%	0%	9%	1%
5º	5%	1%	5%	1%	5%	2%
6º	3%	2%	3%	3%	4%	3%
7º	3%	4%	2%	5%	3%	5%
8º	2%	9%	2%	9%	2%	12%
9º	1%	21%	1%	20%	1%	20%
10º	1%	56%	1%	48%	1%	43%
Total de escolas 1º decil 2007: 3729						
Total de escolas 10º decil 2007: 3725						

Fonte: Inep – SAEB 2013.

Para as escolas do 10º decil percebe-se que muitas se mantêm entre as melhores do País durante o período considerado, sendo que mais de 60% das escolas no melhor decil em 2007 permanecem entre as 20% com maiores notas em 2013.

As observações feitas acima remetem ao termo “Armadilha da Pobreza”, introduzido pelo economista Jeffrey Sachs para se referir aos mecanismos que impossibilitam os países mais pobres de crescerem e melhorarem seus indicadores sociais. A ideia é que, quando um país atinge um nível de pobreza avançado, tal situação se retroalimenta de maneira que, sem interferência de outras nações e agências internacionais, o mesmo dificilmente su-

perará sua situação. Considerando a dificuldade das escolas públicas brasileiras do 1º decil de subir na escada do desempenho e fazendo uma analogia à escada do desenvolvimento apresentada por Sachs, poderíamos pensar na criação de programas governamentais específicos para essas escolas, uma vez que é extremamente improvável que elas melhorem por conta própria. Para avançar nessa ideia, um insumo importante é um diagnóstico um pouco mais detalhado das diferenças entre as melhores e piores escolas públicas brasileiras de ensino fundamental. Fazemos isso a seguir, utilizando os microdados mais recentes da Prova Brasil (2013).

3 Diferenças Entre Melhores e Piores Escolas Públicas Brasileiras

A elaboração de propostas de ações efetivas a fim de melhorar o desempenho das piores escolas passa pelo entendimento da situação atual da diferença entre elas e as melhores instituições da rede pública. A primeira questão que se coloca é a diferença entre o nível socioeconômico dos pais e alunos que frequentam essas escolas.

3.1 Nível Socioeconômico

A literatura de economia da educação aponta alta correlação entre o nível de renda dos alunos e de-

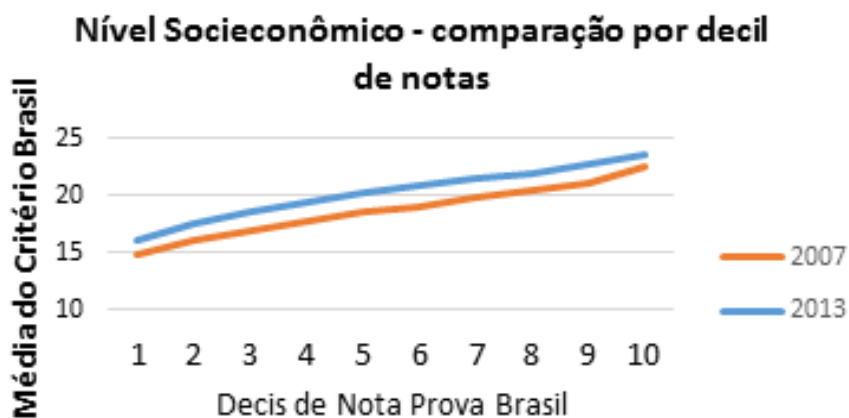
sempenho acadêmico. A condição socioeconômica das famílias exerce influência no aprendizado de diversas formas, como um menor acesso a atividades que estimulem o estudo, exposição a um vocabulário mais enxuto ou ainda falta de habilidade dos pais para incentivarem a presença dos filhos nas escolas. Assim, é relevante analisar essas diferenças entre os alunos das escolas do 1º e 10º decis para se ter uma visão das realidades

distintas em que se encontram. Além disso, entender como essas diferenças evoluíram desde 2007 pode ajudar a explicar as divergências existentes entre os níveis de aprendizado.

Para realizar tal comparação, no entanto, não existe uma pergunta específica sobre o nível de renda dos alunos nos questionários aplicados conjuntamente à Prova Bra-

sil. Porém, há diversas questões que detalham posses das famílias, tais como número de televisores, computadores e automóveis na residência. A partir dessa informação, construímos um indicador baseado no Critério Brasil da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep). O gráfico a seguir mostra o valor do indicador por decil para os anos de 2007 e de 2013.²

Gráfico 2 – Comparação de Nível Socioeconômico dos Alunos – Por Decil de Notas, 2007 e 2013



Fonte: Inep – SAEB 2013; Abep.

A informação disponível deixa clara a divergência nos níveis socioeconômicos entre os alunos de cada grupo de escola. Observando os dados de 2013, nota-se que o Critério Brasil para os alunos das escolas do 10º decil era 47% em relação ao das escolas do 1º decil. Comparando com 2007, percebe-se que houve evolução do nível socioeconômico de alunos de todos os decis, mas a diferença entre decis persiste elevada. Em resumo, a figura apresentada deixa nítido que o nível socioeconômico dos alunos das piores escolas

é consideravelmente inferior ao dos alunos das melhores escolas.

Outra característica importante na determinação do aprendizado dos jovens é a escolaridade dos pais. Quando se analisa os dados para compararmos a realidade das escolas do 1º e 10º decis de notas, percebe-se que a proporção de mães que completaram o ensino superior nas piores escolas é 2,9%, enquanto nas melhores escolas essa proporção é de 13,6%. Em

relação às mães que completaram o ensino médio, os valores são 3,1% e 15,7%, respectivamente.

Portanto, observando dados socioeconômicos dos alunos e nível de educação de seus pais, conclui-se que alunos das escolas que estão no pior decil de notas da rede pública brasileira já apresentam relevantes desvantagens antes mesmo de iniciarem a vida escolar. Algumas ações poderiam atenuar os impactos dessas diferenças, como programas voltados a aumentar a escolaridade dos pais por meio de educação para jovens e adultos ou a auxiliá-los a interagir de maneira mais rica com seus filhos, ensinando estratégias que incentivem o engajamento com o aprendizado das crianças.

3.2 Características das Escolas, Professores e Diretores

Além das características socioeconômicas das melhores e piores escolas da rede pública brasileira, outros pontos relevantes para a comparação feita nesse artigo são as diferenças geográficas, de infraestrutura, dos professores e diretores dessas instituições. Esses tópicos são abordados nos itens a seguir, utilizando os mesmos microdados da Prova Brasil 2013.

a) Distribuição Geográfica

Como ocorre com os principais indicadores sociais no Brasil, o nível de educação também apresenta grande desigualdade regional, como se nota na Tabela 2. En-

quanto 98% das escolas com piores resultados estão no Norte e Nordeste do País, 86% das com melhores notas estão no Sul e Sudeste.

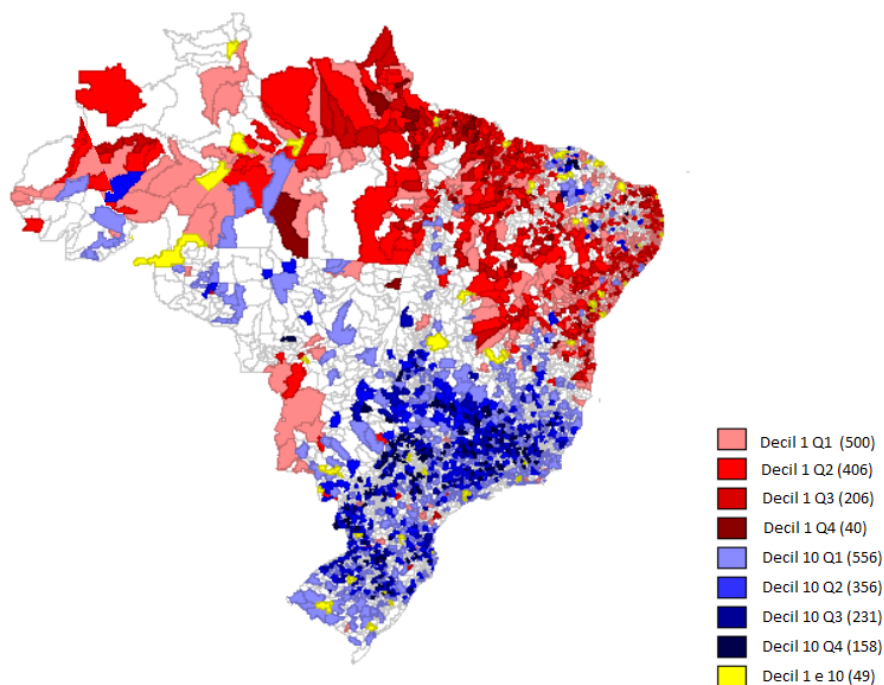
Tabela 2 – Distribuição das Escolas do 1º e 10º Decis de Notas nas Regiões Brasileiras

Região	Decil 1		Decil 10	
	Nº	%	Nº	%
CO	32	1%	280	7%
N	995	26%	68	2%
NE	2,792	72%	202	5%
S	25	1%	1,213	31%
SE	33	1%	2,113	55%

Fonte: Inep – SAEB 2013.

A Figura 1 torna ainda mais evidente a diferença regional apontada na Tabela 2. As cores dos municípios identificam o percentual de escolas públicas de cada cidade que estão dentre as piores 10% do Brasil (tons de vermelho) ou dentre as melhores 10% (tons de azul), e os municípios em amarelo possuem unidades em ambos os grupos. As cores ficam mais intensas conforme aumenta a proporção de escolas do município no grupo, sendo que Q1 indica que até 25% das escolas encontram-se em um dos dois decis, Q2 entre 25% e 50%, Q3 entre 50% e 75% e Q4 entre 75% e 100%. Assim, um município pintado com o tom mais forte de vermelho, por exemplo, tem entre 75% e 100% de suas escolas entre as piores 10% do Brasil.

Figura 1 – Percentual de Escolas dos Municípios no 1º e 10º Decis de Notas



Fonte: Inep – SAEB 2013.

Outra diferença relevante entre as escolas do 1º e do 10º decil de notas que se percebe na análise dos dados da Prova Brasil 2013 é que, enquanto no grupo das piores escolas apenas 45% encontram-se em zonas urbanas, esse valor sobe para 96% quando olhamos para as melhores. Assim, somando essa informação com a da distribuição geográfica abordada acima, conclui-se que grande parte das escolas no 1º decil de notas estão em municípios de zona rural e localizadas nos Estados do Norte e Nordeste do País. São esses os locais que deveriam ser foco das políticas públicas que visam recuperar as instituições com nível mais crítico no Brasil.

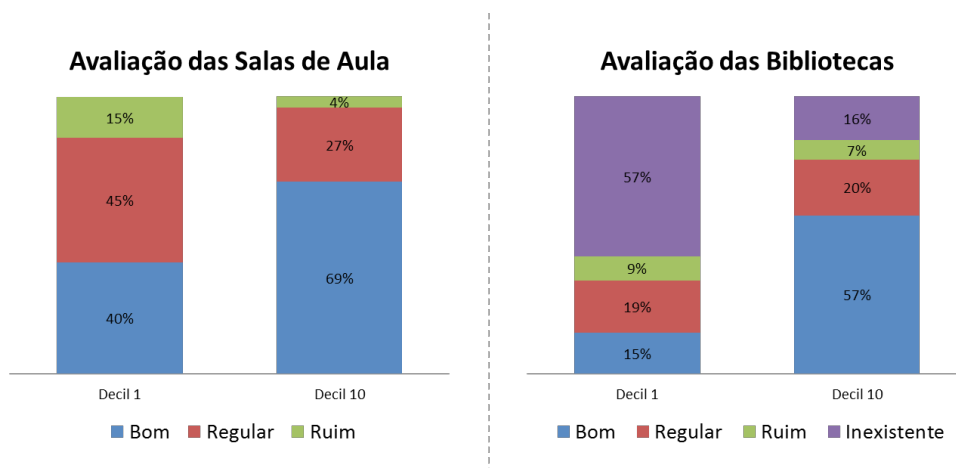
b) *Infraestrutura: Salas de Aula e Bibliotecas*

Outra comparação possível de ser feita entre as piores e melhores escolas da rede pública do ensino básico é quanto à infraestrutura dos estabelecimentos de ensino, já que há informações disponíveis sobre a qualidade das salas de aula e bibliotecas de cada instituição.

Avaliando os dados, é notável que há diferenças significativas de acordo com os grupos de escolas. Essa comparação pode ser vista no gráfico abaixo. Nota-se claramente uma diferença na qualidade das salas de aula e, mais acentuada

ainda, uma diferença no que diz respeito a bibliotecas nas escolas. Enquanto 77% das melhores escolas possuem bibliotecas consideradas “boas” ou “regulares”, esse percentual cai para 34% nas escolas do 1º decil. Além disso, 57% das escolas que estão no decil mais baixo da distribuição de notas sequer possuem biblioteca. Isso ainda é um grande desafio para o País que, em 2010, aprovou a Lei 12.244, estabelecendo a existência, até 2020, de um acervo de pelo menos um livro por aluno em cada instituição de ensino, tanto das redes públicas como privadas.

Gráfico 3 – Diferenças nas Salas de Aula e Bibliotecas para Escolas do 1º e 10º Decis de Notas



Fonte: Inep – SAEB 2013.

c) Professores e Diretores

Por fim, também é interessante comparar o perfil de professores e diretores que atuam nas piores e melhores escolas do ensino básico na rede pública brasileira, dada a alta importância desses profissionais para a educação dos alunos. Fazemos isso utilizando dados dos questionários preenchidos por eles na Prova Brasil.

A primeira observação interessante, ilustrada no Gráfico 4, é que nas piores escolas os professores e diretores são, em geral, mais jovens e inexperientes.

Chama a atenção, por exemplo, que enquanto no 1º decil 60% dos di-

retores têm, no máximo, dois anos de experiência no cargo, sendo que 46% não completaram nem mesmo um ano, no 10º decil esse valor cai para 35%. Conforme já comentado, essa diferença existe tanto para diretores como para professores.

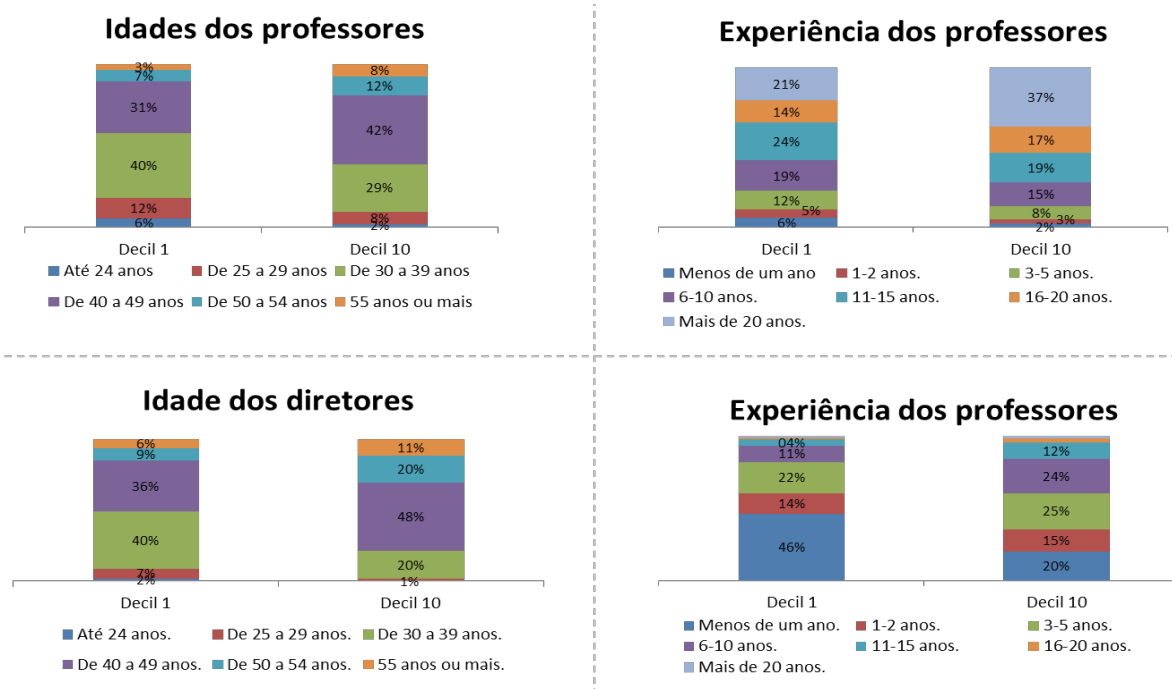
A distinção de experiência no cargo reflete em uma realidade impressionante, também apontada com os questionários analisados: nas piores escolas, 30% dos diretores sequer conhecem os resultados de sua escola na Prova Brasil anterior, enquanto essa parcela é de apenas 2% nas melhores escolas.

Quando se analisa o nível de escolaridade desses profissionais, também se notam diferenças. Enquanto

apenas 6% dos professores que lecionam nas escolas do decil superior de notas não possuem Ensino Superior, esse valor vai para 30% nas escolas do decil inferior. Para diretores a diferença também existe e impressiona: apenas 1% dos diretores das melhores escolas não tem Ensino Superior, comparado a 16% nas piores escolas.

Outro dado interessante é que há uma grande diferença em relação à forma como o diretor assumiu seu cargo. Enquanto 79% dos diretores das piores escolas foram apenas indicados para o posto (sem processo seletivo ou eleição), no 10º decil esse percentual é de 38%.

Gráfico 4 – Diferenças de Idade e Experiência dos Professores e Diretores Para Escolas do 1º e 10º Decis de Notas



Fonte: Inep – SAEB 2013.

Embora as comparações apresentadas não indiquem causalidade entre experiência dos diretores e professores e nível de proficiência das escolas, as mesmas levam a questionamentos sobre como mudanças no sistema de alocação e seleção desses profissionais poderiam impactar resultados. Na Coreia do Sul, por exemplo, há um modelo de rotação periódica de professores e diretores em que, após um ciclo de quatro ou cinco anos, os mesmos são alocados pelo Ministério da Educação para diferentes unidades do país. Dessa forma, garante-se que conheçam a realidade das diferentes escolas e ganhem diferentes experiências, beneficiando diretamente alunos com os quais trabalham.

4 Conclusão

A Meta 7 do Plano Nacional de Educação aborda a melhorias de fluxo e aprendizagem da educação básica e visa atingir determinados níveis do Ideb para cada etapa de ensino ao final da vigência do plano. Entre as estratégias apontadas para se atingir a meta, está “a diminuição das diferenças entre escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade as diferenças entre os índices dos Estados, inclusive Distrito Federal, e dos municípios.” A estratégia não específica, no entanto, ações efetivas que garantam uma oferta de educação mais igualitária em todo o País.

Neste artigo foram mostradas, além das divergências de notas, as diferenças observáveis entre alunos, infraestrutura e professores e diretores das piores e melhores escolas públicas do Brasil. Entre os resultados encontrados, há aqueles mais conhecidos e previsíveis, como por exemplo, que o nível socioeconômico dos alunos das piores escolas é inferior ao das melhores, e que há maior concentração de escolas com baixo desempenho no Norte e Nordeste. Outros resultados, esses já menos discutidos, dizem respeito à menor experiência e idade dos professores e diretores nas piores escolas e também ao alto percentual de professores indicados nessas escolas em relação às melhores.

Ainda que as dimensões analisadas neste estudo sejam limitadas, os resultados evidenciam que o diferencial de notas é um reflexo das realidades opostas que existem na rede pública de ensino. No entanto, para um melhor entendimento de políticas que aproximariam as médias de indicadores de aprendizagem, ajudando no cumprimento da Meta, são necessárias análises mais profundas que apontem relações causais entre as variáveis e o desempenho escolar.

2 Um ponto importante é que muitos alunos não respondem a esses questionários (68% em 2007 e 52% em 2013). Além disso, a taxa de não resposta é maior nos decis mais baixos em comparação aos mais altos. Assim, podemos estar subestimando a diferença de renda entre as melhores e piores escolas.

1 Os motivos para que isso ocorra podem ser tanto porque a unidade deixou de existir quanto porque parou de ser avaliada por não atingir o número mínimo de 20 alunos matriculados no 5º ano do ensino fundamental.

(*) Mestre em Teoria Econômica pela FEA-USP.
(E-mail: gabrielcorrea@gmail.com).

(**) Mestre em Teoria Econômica pela FEA-USP.
(E-mail: isabelopice@gmail.com).

economia & história



O “Partido Negro” na Independência do Brasil: Realidade ou Fantasia?

JOSÉ FLÁVIO MOTTA (*)
LUCIANA SUAREZ LOPES (**)

OFÍCIO DO GOVERNO PROVISÓRIO DA BAHIA AO DE PERNAMBUCO

“Ilmos. e Exmos. Srs. – O Governo Provisório da Província da Bahia tem a satisfação de comunicar a VV. Exas. que no dia 2 do corrente mês evacuaram os inimigos esta cidade, e passando-se vergonhosa e precipitadamente para bordo das embarcações de guerra e transportes, sendo por todos oitenta e quatro vasos, saíram à barra no mesmo dia levando consigo negociantes desta praça.

(...)

Por tão faustíssimos acontecimentos que firmam cada vez mais a nossa independência e consolidam o Império constitucional do Brasil este governo se congratula com VV. Exas. a cujos desvelos se deve a grande parte de um tão feliz resultado (...).

(...)

Deus guarde a VV. Exas.

Palácio do Governo da Bahia, 21 de Julho de 1823.

Apud Amaral (1957, p. 470-471).

Como afirmado no ofício parcialmente transcrito na epígrafe desta crônica, aos 2 de julho de 1823 as forças portuguesas foram afinal expulsas da cidade de Salvador. A data, para muitos, teria sido uma escolha mais adequada do que o 7 de setembro para marcar a

conquista de nossa independência política. Decerto, é pertinente o questionamento acerca da relevância de uma datação mais precisa, para além da óbvia oportunidade da seleção de um dia, declarado feriado, para as devidas comemorações. Não obstante, subjacente

à escolha desta ou daquela data específica encontraremos sempre, entre outras causas, o privilégio atribuído por quem escolhe a uma dada perspectiva.

Ilustremos este último comentário com o próprio tema da emancipação política. Se o recorte contemplado fosse o rompimento com a política mercantilista da metrópole portuguesa, a negação do pacto colonial por suas variadas restrições e obrigações prejudiciais aos interesses da colônia, talvez o melhor marco fosse não o 7 de setembro, tampouco o 2 de julho, mas sim o 24 ou, sobretudo, o 28 de janeiro. Pois aos 24 de janeiro de 1808, a comitiva real desembarcava no Brasil, em Salvador, após viagem de pouco menos de dois meses desde Lisboa, em decorrência da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão; e, quatro dias depois, o regente D. João, ainda na Bahia, assinava o decreto da abertura dos portos da colônia.¹

No nosso caso, tendo em vista o direcionamento da análise para o tema do “partido negro”, há mesmo que destacar a luta pela independência na Bahia, pois nela identificaremos com maior facilidade a presença do referido conjunto de pessoas integrado não apenas por escravos, mas também por eles.² Porém, antes de avançarmos por esse caminho, faz-se oportuna breve menção a uma outra luta, ocorrida décadas antes daquele 2 de julho, e que igualmente envol-

veu o rompimento de laços coloniais. Iniciava-se a última década do século XVIII na colônia francesa de São Domingos quando eclodiu a revolução, e os revolucionários compunham sua população de cativos. Para dar forma a essa sucinta menção à revolução haitiana, será suficiente recorrermos ao prefácio à primeira edição, de 1938, do clássico livro intitulado *The Black Jacobins*, de Cyril Lionel Robert James:

In August 1791, after two years of the French Revolution and its repercussions in San Domingo, the slaves revolted. The struggle lasted for twelve years. The slaves defeated in turn the local whites and the soldiers of the French monarchy, a Spanish invasion, a British expedition of some 60,000 men, and a French expedition of similar size under Bonaparte's brother-in-law. The defeat of Bonaparte's expedition in 1803 resulted in the establishment of the Negro state of Haiti, which has lasted to this day. (JAMES, 2001).³

Sim, essa luta dos escravos de São Domingos não foi pouca coisa! Não temos dúvida de que a ela se ajusta com muita propriedade o rótulo de “revolução”. Também não temos dúvida de que algo do brilho emanado pelo ideário da Revolução Francesa perdeu-se em meio às sombras da escravidão vigente nas colônias francesas. Nas palavras de Susan Buck-Morss, no caso da Revolução Francesa,

(...) os vários sentidos da escravidão tornaram-se inescapavelmente emaranhados ao serem confrontados às contradições fundamentais entre os eventos revolucionários na França e o que ocorria nas colônias francesas. (...) Apesar de a abolição da escravatura ser a única consequência logicamente possível da ideia de liberdade universal, ela não se realizou por meio das ideias ou mesmo das ações revolucionárias dos franceses; ela se realizou graças às ações dos próprios escravos. O epicentro dessa luta foi a colônia de Saint-Domingue. Em 1791, enquanto mesmo os mais ardentes opositores da escravidão na França esperavam passivamente por mudanças, o meio milhão de escravos em Saint-Domingue (...) tomava nas próprias mãos as rédeas da luta pela liberdade, não através de petições, mas por meio de uma revolta violenta e organizada. (BUCK-MORSS, 2011, p. 138).

E seria difícil exagerarmos o quão significativo foi o impacto da revolução haitiana nas sociedades escravistas então existentes. De fato, sua repercussão pode ser apreendida pelo próprio silêncio que muitas vezes se fez atoador acerca daqueles eventos. O *Correio Braziliense*, jornal publicado por Hipólito José da Costa em Londres entre 1808 e 1822, exemplifica esse silêncio. No exemplar de janeiro de 1815, na seção “*Miscellanea*”, em uma curta notícia sobre a França encontramos uma das

pouco frequentes referências à revolução; tratou-se do comentário a uma proposição de um Comissário Francês dirigida aos haitianos. O início da notícia do *Correio* é revelador: “*Temos, por óbvias razões, omitido falar das colônias francesas em S. Domingos.*”⁴

Não obstante o tanto que se procurava não dizer, não se conseguiu evitar a difusão da informação sobre a revolução ocorrida no Haiti, e ela eventualmente alcançou os ouvidos e estimulou revoltas de cativos em outras paragens; muito menos se conseguiu evitar que se espalhasse o medo inspirado pelos eventos de São Domingos em quem não era escravo. Uma e outra coisa se fizeram presentes, no decurso das primeiras décadas do Oitocentos, entre outros lugares, na Bahia, alimentando rumores e semeando a intranquilidade. Em inícios de 1822, por exemplo, circulou entre os cativos na província baiana o boato de que o rei os libertara, porém os senhores não haviam acatado a disposição do monarca. De acordo com João José Reis,

Rumores semelhantes percorriam de vez em quando as sociedades escravistas das Américas, levando os escravos a se levantar em defesa de direitos que eles já tinham como certos. Foi assim em Barbados em 1816, em Demerara em 1823, e na Jamaica em 1831. (...) Entre nós, em Campinas em 1832, e em Queimado, Espírito Santo, em 1849.

Esses rumores quase sempre se manifestavam em momentos de tensão, de desacordo entre os brancos, como na Bahia da Independência. O fantasma do Haiti ficava por ali rondando. (REIS, 2003, p. 95-96, negrito nosso).

Em inícios da década de 1970, Luiz Mott publicou, como apêndice a uma coletânea sobre a Independência do Brasil, um pequeno texto intitulado “Um documento inédito para a história da Independência”. Esse texto, escrito em francês, “(...) traz o título ‘APERÇU’. Consta de 13 páginas manuscritas, tamanho ofício, não trazendo nem data nem assinatura.” (MOTT, 1986, p. 466).⁵ O conteúdo permite sugerir ter o documento sido produzido por volta de 1824. É o relato de um observador a serviço de D. João VI.⁶ A referência a um “partido dos negros e das pessoas de cor” foi feita pelo espião francês, e a preocupação suscitada com relação às possibilidades abertas pela existência de uma tal fração da sociedade defendendo interesses próprios mereceu no relato a lembrança vívida da revolução no Haiti:

(...) embora havendo no Brasil aparentemente só dois partidos [o dos portugueses e o dos brasileiros-JFM/LSL], existe também um terceiro: o partido dos negros e das pessoas de cor, que é o mais perigoso, pois trata-se do mais forte numericamente falando. (...)

Finalmente: todos os brasileiros, e sobretudo os brancos, não percebem suficientemente, que é tempo de se fechar a porta aos debates políticos, às discussões constitucionais? Se se continua a falar dos direitos dos homens, de igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: liberdade, palavra terrível e que tem muito mais força num país de escravos do que em qualquer outra parte. Então, toda a revolução acabará no Brasil com o levante dos escravos, que quebrando suas algemas, incendiarão as cidades, os campos e as plantações, massacrando os brancos, e fazendo deste magnífico império do Brasil uma deplorável réplica da brilhante colônia de São Domingos. (MOTT, 1986, p. 482).

Esses fragmentos de autoria do espião português, redigidos ao que tudo indica em meio às turbulências do período que se seguiu imediatamente à emancipação política brasileira, são para nós relevantes também por emprestar significado à pergunta explicitada no título desta crônica. Vale dizer, existiria realmente esse “partido negro” ou seria ele tão-somente uma construção do imaginário branco e escravista? Em sendo uma construção ideológica, o “partido negro” desempenharia, digamos assim, o papel de uma espécie de *bicho-papão*, alimentado pela realidade assustadora da revolução haitiana. Pois uma revolução similar àquela estaria, decerto, posta como

possibilidade sempre latente em uma sociedade como a nossa, com expressivo contingente de pessoas “de cor” e, sobretudo, de escravos. Realçar a pretensa ameaça desse *bicho-papão* poderia ser uma boa estratégia com vistas a atingir o objetivo do relato, assim entendido por Luiz Mott: “A razão deste ‘Aperçu’ é mostrar ao Rei D. João VI a importância e os meios de unir de novo (*rattacher* – *attacher de nouveau*) o Brasil à Metrópole, depois que D. Pedro chefiara a ‘Revolução’ (*Independência*).” (MOTT, 1986, p. 468).⁷

Perfilharemos a interpretação dada por João José Reis em seu artigo sobre a independência na Bahia (“O jogo duro do dois de julho”). Se a faceta ideológica se fez então presente, sua base concreta não esteve apenas no longínquo Haiti, ainda que a revolução naquela ilha caribenha possa ter inspirado os cativos na Bahia e em outras partes:

O “partido negro” era ao mesmo tempo uma construção ideológica da elite e um fenômeno absolutamente real. Neste último sentido ele significava os vários grupos negro-mestiços de escravos, libertos ou homens livres que, cada qual à sua maneira, tentaram negociar uma participação no movimento da Independência, ou subverter a própria ordem escravocrata no calor do conflito luso-brasileiro. (REIS, 1989, p. 80).

Afinal, como seria possível evitar que a luta para *libertar* a colônia, já então elevada à categoria de Reino Unido, do jugo metropolitano, não acabasse por catalisar outros anseios de liberdade aqui existentes? É ainda João Reis, entre outros, quem ilumina essa questão com muita clareza:

Na metáfora predileta dos periodistas e oradores patrióticos, representava-se o Brasil como escravo de Portugal. Os escravos parecem haver compreendido a hipocrisia do discurso patriótico. Se era para libertar o país da figurada escravidão portuguesa, por que não libertá-los também da autêntica escravidão brasileira? (REIS, 1989, p. 93)

Em verdade, uma apropriação como esta da luta pela superação do estatuto colonial havia já se evidenciado, e sem deixar margens para a mínima dúvida, no período anterior à independência, na revolução pernambucana de 1817. Muito embora esse movimento tenha sido capitaneado por integrantes do escol da sociedade de Pernambuco,⁸ sua realização não prescindiu da participação de outros segmentos sociais. Esse alargamento decerto tornou difícil o controle mais estrito dos limites do que se queria romper. Em outras palavras, desnecessário enfatizar o desinteresse da nata daquela sociedade em promover, o menos que

fosse, algum movimento no sentido da libertação dos cativos.

Não à toa, no artigo intitulado “Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil”, Emília Viotti da Costa fez menção às “explosões de igualdade insultuosa” decorrentes das diferentes leituras da revolta realizadas por distintos segmentos sociais. A autora transcreve e comenta trechos de uma carta, escrita por João Lopes Cardoso e datada aos 15 de junho de 1817; na missiva, João Cardoso,

(...) comentando a situação no Recife, durante a revolução, observa que “os cabras, mulatos e crioulos andavam tão atrevidos que diziam que éramos todos iguais e não haviam de casar senão com brancas das melhores.” (...) Pior ainda lhe pareciam os modos livres e pouco respeitosos dos “cabras”. – “Vossa Mercê não suportava chegasse a Vossa Mercê um cabra, com o chapéu na cabeça e bater-lhe no ombro e dizer-lhe: — Adeus Patriota, como estais, dá cá tabaco, ora tomais do meu, como fez um cativo do Brederodes ao Ouvidor Afonso.” Felizmente, concluía satisfeito, o cabra recebera o justo castigo: “já se regalara com 500 açoites.” (COSTA, 1981, p. 96).

Nesse mesmo artigo, Emília Viotti da Costa evidenciou com inequívoca propriedade o nó da questão: “A escravidão constituía o limite do liberalismo no Brasil” (COSTA, 1981,

p. 92). E outro comentário seu, uma vez mais sobre a revolução de 1817, iluminou a oportunidade que significou o apoio de D. Pedro para a concretização da ruptura política com Portugal:

A principal fraqueza dos movimentos revolucionários ocorridos antes da Independência residia no profundo receio que os líderes dos movimentos experimentavam em relação às massas. Tollenare, contemporâneo da revolução pernambucana de 1817, comentava que os revolucionários discorriam sobre a doutrina dos direitos do homem, apenas com os iniciados, parecendo temer que ela não fosse compreendida pela “canalha”. Melhor seria dizer que o que os revolucionários temiam é que ela fosse compreendida pelas massas. (COSTA, 1981, p. 95).

Voltemos ao caso baiano. Se a independência capitaneada pelo príncipe evitou turbulências mais intensas,⁹ foi mais difícil controlar a aludida “apropriação” do movimento pelos escravos lá onde a reação portuguesa foi maior, e, portanto, também maior a luta. Tal o caso da Bahia:

Com efeito, os escravos, sobretudo os crioulos e os pardos nascidos no Brasil, mas também os africanos, não testemunharam passivamente o drama da Independência. Muitos chegaram a acreditar, às vezes de maneira organizada, que lhes cabia

um melhor papel no palco político em via de ser montado com a vitória baiana. Os sinais desse projeto dos negros são claros. (REIS, 1989, p. 92).

O exemplo desses sinais, fornecido por João Reis, é outra carta, esta datada aos 13 de abril de 1823. Quem a escreveu foi dona Maria Bárbara Garcez Pinto, senhora do engenho Aramaré. O destinatário era seu marido, então em Portugal. Maria Bárbara comentou: “*A crioulada da Cachoeira fez requerimentos para serem livres*”.¹⁰ Em seguida, expressou-se de modo a deixar bem claro o que a classe senhorial baiana pensava desses projetos dos negros, bem como da fórmula para reagir a eles: “*Estão tolos, mas a chicote tratam-se!*” (REIS, 1989, pp. 92-93).

Em suma, o contexto da emancipação política, assim nos parece, tornou-se como que um caldeirão onde se pôs um caldo na fervura. Na receita desse caldo, os ingredientes foram diversos. Havia, sim, um interesse “brasileiro”, anticolonialista por excelência, avesso aos privilégios mercantis e, no tocante a este aspecto, reforçado por interesses ingleses; e havia as demandas mercantilistas emanadas da velha metrópole. Mas havia mais.¹¹ Nesse mais estavam os “vários grupos negro-mestiços”, na expressão de João Reis, e entre eles os escravos, afinal também protagonistas naquela sociedade.

Diferentemente da Ilha de São Domingos, no entanto, esse ingrediente não foi o principal no caldeirão da independência brasileira, o que não significa que seu sabor e aroma não pudessem ser percebidos. Talvez outras receitas nas quais esse ingrediente tivesse maior destaque pudessem ter apresentado resultados bem diferentes.¹² Mas foi o que foi! De forma inegável, com muita força, percebemos a similaridade entre os destinos do “cativo do Brederodes”, na revolução pernambucana de 1817, e da “crioulada da Cachoeira”, no engenho baiano de Aramaré, em 1823. Aqui não foi o Haiti!

Referências

- AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. 2.ed. Salvador, BA: Livraria Progresso Editora, 1957. (Coleção de estudos brasileiros. Série Marajoara, n. 19).
- BUCK-MORSS, Susan. Hegel e Haiti. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 90, p. 131-171, julho 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n90/10.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002011000200010>.
- CARDOSO, José Luís. A transferência da Corte e a Abertura dos Portos: Portugal e Brasil entre a ilustração e o liberalismo econômico. In: OLIVEIRA, Luís Valente de; RICUPERO, Rubens (Org.). *A abertura dos portos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p. 166-195.
- COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1981, p. 75-139.

- COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense*, Londres, n. 80, janeiro de 1815. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/060000-080#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 01 jul. 2015.
- FREITAS, Soraya Matos de. *Nas entrelinhas da revolução: o dito e o não dito nas páginas do Correio Braziliense e na Gazeta do Rio de Janeiro sobre a Revolução Haitiana (1808-1817)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Gonçalo, RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.
- GEGGUS, David Patrick (Ed.). *The Haitian Revolution: a documentary history*. [kindle edition] Indianapolis: Hackett Publishing Company, Inc., 2014.
- JAMES, Cyril Lionel Robert. *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*. [kindle edition] London: Penguin Books, 2001.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- MOTA, Carlos Guilherme. Da ordem imperial pombalina à fundação do Império brasileiro (1750-1831): o significado da abertura dos portos (1808). In: OLIVEIRA, Luís Valente de; RICUPERO, Rubens (orgs.). *A abertura dos portos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p. 60-99.
- MOTT, Luiz. Um documento inédito para a história da Independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822 Dimensões*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 465-483.
- REIS, João José. O jogo duro do dois de julho: o "partido negro" na independência da Bahia. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 79-98.
- _____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e "de cor" na Independência do Brasil. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 22, n. 58, p. 21-45, dez. 2002.
- VIANA, Luiz Werneck. Prefácio. In: COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008, p. 9-12.
- 1 Em coletânea publicada há alguns anos, vários estudiosos enfatizaram a relevância desse episódio, a exemplo de Carlos Guilherme Mota e José Luís Cardoso. O primeiro escreveu: "O 'longo século XIX' brasileiro teve início, de fato, em 1808, com a chegada de dom João VI, da corte e da família real portuguesa, fugindo das tropas de Napoleão, quando se abriram os portos 'às nações amigas', dando-se estatuto privilegiado à sua protetora Inglaterra e aparelhando-se no Rio de Janeiro a nova capital do Império luso-afro-brasileiro. Com enormes dificuldades, tenta-se liquidar o passado da Colônia e criar um Estado-nação moderno." (MOTA, 2007, p. 62-63) O segundo, por seu turno, afirmou: "(...) ao impor uma quebra na situação de exclusivo e, por conseguinte, das vantagens que a metrópole detinha na balança comercial com a sua mais importante colônia, a Abertura dos Portos brasileiros aos navios e negociantes britânicos (...) consolida um movimento irreversível de transição de um sistema de comércio internacional protegido pelo regime de pacto colonial para um sistema de comércio livre sem exclusivos." (CARDOSO, 2007, p. 182)
- 2 O que não significa que devamos desconsiderar o comentário seguinte, de Gladys Ribeiro: "Lutar na Guerra da Independência não foi privilégio dos escravos baianos. No Rio de Janeiro, de 1822 a 1824, sobretudo entre junho e setembro de 1824, fortes foram construídos para a defesa da cidade contra uma possível invasão portuguesa. (...) Para os escravos, trabalhar nas obras dessas fortificações, situadas em regiões fronteiriças, poderia significar a possibilidade da liberdade e de uma vida melhor: fugia-se na calada da noite para o serviço nos fortes e, das obras dos fortes e dos serviços públicos para se
- aquilombarem. Ressalte-se, então, que muitos escravos tinham esta esperança de forma efetiva, uma vez que alguns cativos baianos tinham conseguido a liberdade na luta contra os 'portugueses.'*" (RIBEIRO, 2002, p. 38) Convém reproduzirmos a seguinte ressalva feita pela autora citada: "Acredito que não devemos igualmente descartar a hipótese de que pudesse passar pela imaginação dos escravos que, estando em regiões fronteiriças — forte e quilombos —, pudessem também auxiliar os portugueses, ganhando em troca a alforria." (RIBEIRO, 2002, p. 42)
- 3 Como seria de esperar, a historiografia, desde a década de 1930, muito avançou no estudo sobre a revolução haitiana. Na recente edição de uma rica coleção de documentos, por exemplo, os organizadores permitem vislumbrar um arcabouço interpretativo mais complexo, que reproduzimos com o intuito de eventualmente estimular o interesse dos leitores: "The key to understanding the Haitian Revolution's complicated narrative is to think of it as the pursuit of three political goals (freedom, equality, Independence), by three social groups (slaves, free coloreds, whites), in a colony whose North, West, and South provinces produced three regional variants of the revolution. Its chronology also might be fitted into a tripartite structure. The first two years (1789-1791), before the slaves became involved, and the last two years (1802-1803), the War of Independence, form distinct units separated by a long middle section. This middle period (1791-1801) can be similarly subdivided, with the abolition of slavery (1793) and the expulsion of foreign invaders (1798) serving as major turning points." (GEGGUS, 2014).
- 4 O comentário é o seguinte: "FRANÇA. Temos, por óbvias razões, omitido falar das colônias francesas em S. Domingos; mas o agente de um dos chefes daquela ilha, publicou em Londres todos os documentos oficiais, relativos à proposição que fez um Comissário francês, para que os habitantes daquela ilha, se tornassem a submeter aos franceses. Que! Dizer a uns homens livres, que tornem a reduzir-se à condição de escravos! Não desejamos demorar-nos nesta desgostosa controvérsia, que nada podia fazer mais absurda, do que o comportamento e caráter do indivíduo, que os franceses ali mandaram a negociar este rendimento. Basta dizermos, que na opinião de todos os homens sensatos, S. Domingos está para sempre perdida aos franceses."

- (COSTA, 1815, p. 128; nesta citação mantivemos a pontuação original e atualizamos a ortografia) A essa questão da repercussão da revolução haitiana (e do silêncio sobre ela) dedicou-se, por exemplo, Soraya Matos de Freitas (2010), mediante o exame de dois periódicos brasileiros: o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*.
- 5 Esse “RESUMO”, OU “SUMÁRIO”, foi localizado por Luiz Mott no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa; sua transcrição na íntegra, em francês e em português, pode ser lida no apêndice mencionado.
 - 6 “*Trata-se de um observador (espião?) a serviço do rei D. João VI, que presta conta das informações que dispõe a respeito da situação política do Brasil por volta de 1824. (...) Por mais de uma vez o Autor deste Aperçu se refere a seus agentes, o que faz-nos pensar na existência de uma rede bem organizada de coleta de informações a serviço do próprio Rei D. João VI, tendo como chefe, provavelmente, o referido francês.*” (MOTT, 1986, p. 466)
 - 7 *‘L’importance pour le Portugal, de rattacher à la Métropole ses vastes et riches possessions du Brésil, autant pour ses interets particuliers, que pour as politique extérieure, est asses connue...’* (MOTT, 1986, p. 468)
 - 8 “*A revolução de 1817 reuniu entre outros o ouvidor Antônio Carlos, cujo pai era uma das maiores fortunas de Santos, Domingos José Martins, rico comerciante, Cruz Cabugá, homens de posses em Pernambuco e outras figuras ilustres, descendentes da ‘melhor nobreza’ e que ocupavam situação de destaque na sociedade colonial.*” (COSTA, 1981, p. 89)
 - 9 “*O novo Estado, portanto, surge de uma revolução sem revolução, conformado por elites políticas portadoras dos ideais da civilização e com a missão auto-atribuída de forjar, ao longo do tempo, uma nação. Essa solução aborta uma revolução nacional-libertadora, que germinava desde as últimas décadas do século XVIII, mas não retira de cena nem seus personagens nem os princípios liberais que os animavam.*” (VIANA, 2008, p. 10)
 - 10 “*Em outras palavras, os escravos negros nascidos no Brasil (crioulos) ousavam pedir, organizadamente, a liberdade! (...). É importante notar que, aparentemente, os escravos crioulos não pediam liberdade para os de origem africana, o que refletia a tradicional inimizade entre os dois grupos.*” (REIS, 1989, p. 92). A discussão dessa questão da “tradicional inimizade” entre escravos africanos e crioulos, apontada na análise feita por João Reis acerca da carta de dona Maria Bárbara, não obstante sua relevância, será por nós adiada para uma oportunidade futura.
 - 11 Por exemplo, poderíamos tornar esse caldo muito mais encorpado com a discussão acerca da questão federalista, outro tema relevante que deixaremos para uma crônica futura (Ver, a respeito, com destaque entre outros, MELLO, 2004).
 - 12 Melhores ou piores? Repassaremos para os leitores que quiserem empreendê-la a tarefa eventual de conjecturarem acerca da avaliação do exercício contrafactual sugerido.

(*) *Professor Livre-Docente da FEA/USP.
(E-mail: jflaviom@usp.br).*

(**) *Professora Doutora da FEA/USP.
(E-mail: lslopes@usp.br).*

Rui Barbosa e as Ideias Econômicas: Entre Teoria e Conjuntura

LUIZ FELIPE BRUZZI CURI (*)

Rui Barbosa (1849-1923) é uma dessas figuras de relevância nacional, cuja memória é bastante reivindicada, com propósitos políticos e intelectuais diversos. Para se ter uma ideia da importância nacional e institucional do legado de Rui Barbosa, basta recordar que se trata de um dos poucos intelectuais brasileiros cuja memória é conservada e estudada por uma instituição pública voltada especialmente para esta finalidade: a Fundação Casa de Rui Barbosa, estabelecida ainda na Primeira República, no Rio de Janeiro.¹ Vale notar a expressão utilizada para referir-se a Rui, no Decreto do presidente Washington Luís, em 1928, instituindo o “museu-biblioteca” sob a denominação de Casa de Rui Barbosa: “[o museu] funcionará no prédio, adquirido pelo Governo, onde residiu o grande brasileiro, na capital da República”.² A existência dessa memória construída certamente coloca um desafio a mais ao historiador econômico, que se vê obrigado a recortar com critério seu objeto.

Neste texto, trata-se primeiro da economia política ensinada e difundida no Brasil no período formativo de Rui, durante o qual frequentou as Faculdades de Direito do

Recife e de São Paulo. Em seguida, apresenta-se uma seleção temática, focalizando suas reflexões sobre o comércio externo e a questão das emissões monetárias – dois assuntos que, além de estarem na ordem do dia entre o final do século XIX e início do XX, eram muito relevantes, do ponto de vista estrutural, para a economia brasileira à época.

De antemão, é bom notar que Rui Barbosa não foi economista de formação e tampouco teve nas reflexões sobre temas econômicos o foco de sua produção intelectual. Jurista e advogado, Rui dedicou-se aos temas econômicos mais pelas necessidades práticas do cargo de Ministro da Fazenda (novembro de 1889 a janeiro de 1891) do que pelo interesse em desdobrar questões teóricas. Há, ainda, uma especificidade sobre as fontes disponíveis para se estudar o pensamento econômico ruiano. Tanto o Relatório de Ministro da Fazenda (1891), quanto os discursos proferidos no Senado, entre 1891 e 1892, são textos produzidos *a posteriori*, com o objetivo de defender a política econômica adotada por Rui do descrédito público, na conjuntura crítica do Encilhamento, em que a desvalorização cambial e a inflação conviviam com a especulação

financeira. Utilizam-se aqui, além das fontes mencionadas, alguns artigos escritos antes da gestão ministerial de Rui, possibilitando uma comparação entre suas posições em dois momentos distintos.

Para finalizar essa introdução, cabem algumas palavras sobre a vasta historiografia referente à atuação de Rui Barbosa como formulador de política econômica e pensador da economia brasileira, no âmbito do Encilhamento. Como o foco aqui são as ideias econômicas de Rui, mais do que a história da crise do Encilhamento, farei apenas alguns apontamentos sobre a historiografia referente ao período, apoiando-me no balanço feito por Adalton Diniz (DINIZ, 1996).

Grosso modo, pode-se dizer que a historiografia do Encilhamento era, até os anos 1920, presa aos fatos e às consequências recessivas acarretadas pelo *funding loan* de 1898, dedicando-se, com raras exceções, a condenar os excessos de emissão e a pessoa de Rui Barbosa. O principal exemplo é Pandiá Calógeras, com sua obra *A política monetária do Brasil* (1910). A partir dos anos 1920, houve uma mudança de foco, com análises mais voltadas para as questões estruturais e

menos para figura de Rui: ganhava espaço a ideia de que a crise do Encilhamento resultou de um processo de transição – decorrência da Abolição e de pressões políticas e econômicas. Pioneiro nessa linha foi Clodomir Cardoso: *Ruy Barbosa – a sua integridade moral e a unidade de sua obra* (1927).³

A grande viragem, todavia, se daria nos finais dos anos 1940, quando ganharam força as interpretações baseadas na ideologia desenvolvimentista. Nessa perspectiva, a política de Rui Barbosa não era mais vista apenas como consequência de um processo maior, mas como conjunto de medidas voltadas deliberadamente a incentivar o desenvolvimento econômico nacional, que nesse espectro ideológico era sinônimo de industrialização. Merece destaque o estudo de Pinto de Aguiar, *Rui e a economia brasileira* (1962/1973).⁴ A historiografia acadêmica a partir dos anos 1980, embora em boa medida já não comprometida com uma agenda desenvolvimentista-industrialista, teria aceitado a ideia de que Rui implantou uma política financeira voltada para o desenvolvimento nacional.⁵ Nos anos 2000, vale destacar o trabalho de Pedro D. Fonseca e Ivan Salomão, que têm resgatado o viés engajado da interpretação desenvolvimentista sobre a atuação de Rui Barbosa. Por fim, convém notar que, em meio a essa predominante tendência a avaliar de forma positiva a política de Rui

a partir dos anos 1950, houve estudos questionadores, entre os quais os de Raimundo Magalhães Júnior e Nícia V. Luz.⁶

1 Antecedentes: a Formação de Rui

Tendo iniciado seus estudos formais no Ginásio Baiano, concluído em 1864, Rui Barbosa matriculou-se em 1866 na Faculdade de Direito do Recife. Transferiu-se em 1868 para a Faculdade de Direito de São Paulo, da qual recebeu o grau de Bacharel em 1870. As faculdades de direito eram, no século XIX, os principais centros de formação intelectual para as elites brasileiras e, por conseguinte, os focos de irradiação de conhecimento no País. Tanto em Pernambuco quanto em São Paulo havia, na época em que Rui foi estudante, cadeiras de economia política veiculando ideias com as quais decerto teve algum contato. (PAULA, 1942; HUGON, 1955; GREMAUD, 1997).

Na Faculdade de Direito do Recife, merecem destaque os professores Pedro Autran da Matta e Albuquerque e seu sucessor, Lourenço Trigo de Loureiro. Pedro Autran traduziu para o português, em 1832, os *Elementos de Economia Política* de James Mill, e foi autor de cinco manuais de economia política, sendo o primeiro deles publicado em 1844, com o mesmo título de *Elementos de Economia Política*. Suas principais influências eram as tradições

clássicas-liberais inglesa e francesa, representadas por James Mill e J.-B. Say. Lourenço Trigo de Loureiro também publicou um manual, de título idêntico, em 1854.

Embora afirmasse ter como objetivo questionar algumas ideias apresentadas anteriormente por Autran, Loureiro não divergiu substancialmente de seu antecessor no tocante à tônica teórica geral dada pela crítica ao mercantilismo e pela valorização da economia clássica, de matriz smithiana-ricardiana, centrada na teoria do valor-trabalho. Nas questões monetárias, mais relacionadas às reflexões econômicas que Rui Barbosa viria a fazer no final do século, os dois lentes de Pernambuco não pareciam ter grandes divergências, reproduzindo a narrativa comum sobre a origem da moeda como instrumento de troca. Sobre o manejo dos metais e das várias formas de moeda fiduciária, não se desviavam dos princípios usuais para os meados século XIX, relacionados às práticas monetárias: a moeda metálica representava segurança e credibilidade internacional, ao passo que o papel-moeda tinha vantagens como o transporte fácil e a emissão pouco custosa. Ambos se estendiam em considerações sobre as possíveis desvantagens da moeda em papel, mas entendiam que poderia ser utilizada, desde que dentro de limites e sob legislação restritiva. (ALBUQUERQUE, 1844; LOUREIRO, 1854).

Na Faculdade de Direito de São Paulo, a segunda instituição frequentada por Rui, o curso de economia era ministrado por José da Silva Carrão (regente da cadeira de economia política entre 1859 e 1881), que adotou como livro-texto os *Elementos de economia política*, publicados originalmente em 1858 pelo economista escocês Henry Dunning MacLeod (1821-1902). Esse livro foi traduzido no Brasil, sob os auspícios de Carrão, pelo advogado Alberto da Rocha Miranda, em 1873. MacLeod se inseria num grupo diversificado de antirricardianos ingleses, que reunia críticos da economia clássica de perspectiva historicista e pré-marginalista. Esse movimento teria vicejado na Inglaterra, nas duas décadas que medeiam entre a publicação dos *Princípios* de J. S. Mill (1848) e a revolução marginalista, período que T. W. Hutchison caracteriza como “interregno confuso”, em que havia mais certeza sobre a rejeição da teoria clássica (ricardiana) do que sobre o que deveria ser posto em seu lugar. (SALERNO, 1988; HUTCHISON, 1972)

Nesse interregno, MacLeod poderia ser classificado como um crítico da economia clássica de viés pré-marginalista, pois questionava a teoria do valor-trabalho, adotando uma teoria subjetiva do valor: para MacLeod, não é o trabalho que gera o valor, mas o valor que atrai o trabalho. (MACLEOD, 1873, v. I, p. 40). No tocante às questões monetárias, extensamente discutidas

em seu livro, MacLeod era adepto dos princípios da *banking school*, isto é, contrário a uma política de regras rígidas para a emissão bancária de papel-moeda e favorável a uma oferta de notas maleável: os bancos deveriam ter liberdade para emitir à proporção das necessidades do mundo comercial. Na parte final de seus *Elementos*, MacLeod teceu duras críticas à Lei Bancária de 1844, na Inglaterra, que estabelecia limites numéricos para a emissão de notas de banco. (MACLEOD, 1873, v. II, p. 459). As ideias de MacLeod, difundidas por meio da economia política ensinada na Faculdade de Direito de São Paulo, parecem não ter sido indiferentes a Rui: embora pouco citado em suas reflexões econômicas, diversos livros de MacLeod fazem parte de sua biblioteca.⁷ Ademais, opiniões mais alinhadas com esses princípios da *banking school* serão retomadas nos textos escritos por Rui sobre sua política econômica.

2 Ideias Econômicas: Comércio e Teoria Monetária, Antes e Depois do Ministério

Ao longo de 1889, pouco tempo antes de assumir a Fazenda como ministro do Governo Provisório de Deodoro, Rui Barbosa publicou artigos no *Diário de Notícias*, da capital federal. Os argumentos mobilizados por Rui para tratar de certos temas fornecem pistas sobre suas ideias econômicas, mesmo antes da polêmica gestão ministerial.

Em outubro, Rui escreveu sobre a política tarifária relacionada à indústria gráfica: mostrou-se favorável à eliminação dos direitos alfandegários incidentes sobre os livros impressos importados, recém-aprovada pela comissão revisora de tarifas. “Somos absolutamente infensos a toda espécie de pretensa proteção à indústria indígena, que se traduza em impostos, para criar artificialmente atrás e à sombra deles uma produção incapaz de vida própria (...)”. (BARBOSA, “A tarifa (...)”, 1889, p. 213-214). Rui advogava, no entanto, que a isenção de tarifas para livros fosse acompanhada pela redução dos direitos aduaneiros relativos ao principal insumo estrangeiro para esse produto: o papel de impressão. A ideia era que a política de desoneração tarifária deveria ser global, reduzindo os custos para os leitores de livros importados, de um lado, e, de outro, fomentando o eventual desenvolvimento de uma indústria gráfica doméstica.

Já às vésperas da Proclamação da República, Rui formulou críticas severas à política financeira do visconde de Ouro Preto, que concedera poder de emissão ao Banco Nacional, um banco privado de propriedade do conde de Figueiredo. (BARBOSA, “Quem é (...)”, 1889, p. 4-10). Em verdade, Rui procurava atacar o privilégio econômico e político concedido por Ouro Preto a Figueiredo, bem como se defender da acusação de que era partidário do curso forçado. Em resposta aos

acusadores, procurou reafirmar sua aversão à inconversibilidade, à qual os governos deveriam recorrer apenas em circunstâncias muito limitadas e específicas e, nesses casos, mantendo o controle direto ou indireto das operações emissoras. Nas palavras de Rui:

Nós, detestando o papel-moeda como os que mais o detestarem, sustentamos apenas, com as opiniões mais autorizadas, como, entre outras, as de Leroy Beaulieu, que o Estado não pode abdicar em absoluto a faculdade de emitilo nessas crises de vida e morte, como as grandes guerras (...). (BARBOSA, “Quem é (...)”, 1889, p. 6)

Os argumentos de Rui nesses casos mostram uma adesão a princípios teórico-ideológicos, porém com um tempero local e conjuntural. No caso da indústria gráfica, o liberalismo comercial foi reafirmado, mas não devia ser totalmente dissociado do fomento à indústria nacional. No caso da política bancária, a necessidade de atacar a política financeira do último gabinete imperial fez com que Rui se manifestasse, com relação ao papel-moeda, com um tom bastante distinto daquele que seria usado durante a crise do Encilhamento, para justificar as emissões autorizadas por ele próprio, como Ministro.

O conhecido discurso publicado como “O papel e a baixa do câmbio”, feito em 3 de novembro de 1891, é

uma das principais bases textuais utilizadas para se atribuir a Rui o rótulo de “papelista”. (LEVY, 1977, p. 151). Nessa peça de convencimento, proferida no Senado, Rui Barbosa, já tendo deixado a pasta da Fazenda, procurou argumentar que não fora a política monetária implantada durante sua gestão ministerial a principal responsável pela desvalorização cambial registrada em 1890 e 1891.

Não é, portanto, a circulação metálica que nos ha de firmar o cambio alto; é, pelo contrario, a estabilidade do cambio ao par, effeito da prosperidade economica da nação, que nos ha de permitir a circulação conversivel. Os metallistas invertem os termos do problema, e por isso suas creações não passam de castellos de cartas. (BARBOSA, 1892, p. 29)

Para embasar essa concepção, Rui lançou mão de uma ideia relacionada à velocidade da circulação da moeda para reforçar o argumento de que a emissão de papel-moeda não deve ser apenas condicional a um lastro metálico, mas, sim, adequada às necessidades da circulação. No caso do Brasil, um país com deficiências de transportes, economia atrasada e mecanismos de permuta “rudimentares”, haveria pouca facilidade de giro da moeda, baixo poder de circulação do numerário. Nesse sentido, levando em conta as especificidades de uma economia atrasada, na qual

haveria uma maior demanda por papel para efetivar as transações no mercado, o papel-moeda deveria ser emitido em maior volume (do que em um país rico), “Ora quanto menos adiantado se acha um paiz, tanto mais lento é o circular da moeda, e tanto maior a somma della, portanto, se requer para o mesmo número de operações”. (BARBOSA, 1892, p. 72)

Havendo essa possibilidade teórica de que o papel-moeda emitido não participasse integralmente da circulação, havendo essa parcela da moeda que “hiberna, pelas circunstancias especiaes de certos paizes, nas mãos de seus detentores”, relaxava-se a necessidade de uma causalidade entre aumento do numerário circulante e pressões sobre o câmbio e os preços. (BARBOSA, 1892, p. 72). O movimento da taxa de câmbio teria, nesse caso, determinantes não monetários, como a situação do balanço de pagamentos e a prosperidade dos negócios nacionais. O argumento, elaborado ao longo do discurso em novembro de 1891, permitia que se evitasse uma associação teórica direta entre as medidas tomadas por Rui como Ministro, que haviam aumentado os haveres monetários à disposição do público, e a baixa cambial que fora se agravando durante o ano de 1890, ao mesmo tempo que se elevavam os preços internos.

A parte [das emissões] que se eclipsa das transacções, – essa parte, por

isso mesmo que não funciona, que não se sente, que não se descobre, é um elemento inerte, que não pode influir para a valorização ou desvalorização geral da moeda. (BARBOSA, 1892, p. 68)

Na concepção do sistema de bancos regionais implantados durante sua gestão, Rui Barbosa fora influenciado, conforme Maria Bárbara Levy, pelas ideias de Alexander Hamilton, primeiro Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, que fora favorável a uma política de ruptura com o metalismo de tradição inglesa, logo após a Independência americana. (LEVY, 1977, p. 148-149). Ainda que não mencione a obra de MacLeod em seu texto, parece inegável que Rui foi influenciado por princípios da *banking school*, seja na política implantada, seja no discurso sobre ela: a oferta de papel-moeda deveria adaptar-se às necessidades do mundo comercial brasileiro, mais do que seguir uma proporção fixa em relação ao lastro metálico.⁸

Sobre política comercial, pode-se dizer que a argumentação de Rui no “Relatório do Ministro da Fazenda” (1891) seguia o tom moderado do artigo de 1889 sobre a indústria gráfica. Se partia de uma convicção livre-cambista, não hesitou em apontar vantagens do protecionismo, como forma de recompor as

finanças públicas e de fomentar a indústria incipiente.

Ainda na esfera científica, escritores da maior autoridade e livre-cambistas da mais pura fé nos dogmas dessa crença têm reconhecido o valor inelutável das restrições impostas pela relatividade dos elementos econômicos e financeiros, em cada nação, ao absoluto das grandes teses liberais. (BARBOSA, “Relatório (...)”, 1891, p. 127)

Rui iniciou sua argumentação mais teórica referindo-se a John Stuart Mill, que nos *Princípios de Economia Política* teria feito concessões ao protecionismo. No trecho citado, Mill afirmava existirem países que, por terem iniciado seu desenvolvimento industrial posteriormente a outros, deveriam gozar de direitos protetores, mantidos por tempo “razoável”, de forma a incorporar processos de produção que em outros contextos já eram tradicionais. A ideia de Rui era estabelecer uma proteção “módica e lenta”, aplicada com critério a cada caso especial, com o objetivo de criar um mecanismo de rendas internas, que permitisse ao Brasil depender cada vez menos dos direitos aduaneiros, seja como forma de proteção à indústria, seja como suprimento ao Tesouro. Ademais, reconhecia que a política comercial dos vários Estados não era uma decisão autô-

noma dos governos, estando sujeita aos interesses políticos e econômicos em disputa nas respectivas nações. (BARBOSA, “Relatório (...)”, 1891, p. 128-131).

Outro motivo pelo qual deveriam ser relativizados os princípios do livre-comércio era a necessidade de financiamento do Estado: o peso dos orçamentos e a pressão das despesas públicas poderiam, na opinião de Rui, preponderar sobre os interesses de classe na determinação das tarifas. Essa ampliação das necessidades dos erários públicos estaria ligada não somente a prodigalidades nos gastos, mas à formação do Estado moderno. Neste ponto, Rui recorreu ao economista alemão Adolph Wagner (1835-1917), ligado à Escola Histórica e autor de um manual de economia política, bem como de livros influentes nas áreas de finanças públicas e economia monetária. Essa ampliação do quadro referencial indicia que as assimilações intelectuais de Rui na área de economia não ficaram restritas ao conhecimento veiculado pelas faculdades de Direito brasileiras na segunda metade do século XIX.

Crescem incessante e enormemente, em todos os países civilizados, os sacrifícios do Tesouro, e isso não só em resultado de causas factícias, anômalas e viciosas, como

a hipertrofia das instituições militares e a prodigalidade das maiores legislativas, como em virtude mesmo da expansão orgânica do Estado moderno, por influxo do desenvolvimento natural da sua vida física, moral e econômica. (Wagner: *Finanzwissenschaft*, v. II, c. VII). (BARBOSA, “Relatório (...)”, 1891, p. 132)

Para comprovar a importância dos direitos alfandegários como fontes de receita, Rui citou exemplos de vários países: Itália, Alemanha, França, Áustria-Hungria e mesmo a Inglaterra que, em alguns casos específicos como o da tributação do fumo, estaria derogando “princípios da escola de Manchester”. Sobre a Alemanha, lembrou que os estados germânicos haviam estruturado o *Zollverein* sob inspirações liberais, passando por uma reação protecionista em 1842-1865, para então voltar a um regime de “temperança nos direitos de entrada”. A partir de 1879, no entanto, o país, já unificado, assumiria francamente o propósito de assegurar o mercado alemão à produção nacional.

Segundo Rui, a preocupação retraz por trás da tarifa alemã de 15 de julho de 1879 fora a arrecadação fiscal. Sobre seus resultados, afirmou que a taxa teria ampliado as rendas do Estado, ao mesmo tempo que fomentara a atividade industrial. Mencionou, também, o exemplo dos EUA: embora considerasse o regime tarifário

excessivamente protecionista, Rui reconhecia o papel desempenhado pela política comercial restritiva na prosperidade norte-americana, ao longo do século XIX. Às tarifas se devia a acumulação de recursos que permitira ao país superar os compromissos deixados pela Guerra Civil e eliminar rapidamente uma dívida colossal. (BARBOSA, “Relatório (...)”, 1891, p. 135-138)

Já no final da parte do Relatório referente à política comercial, Rui mencionou a ideia de que, ao se instituírem tarifas alfandegárias, pode-se fazer com que o produtor estrangeiro financie, ao menos em parte e temporariamente, o desenvolvimento nacional. Para ilustrar esse ponto, fez uma longa citação de Bismarck, na qual este comentava sobre a seguinte distinção: caso as tarifas alfandegárias gravem produtos de importação indispensáveis, o consumidor interno arcará com pelo menos alguma parte desse imposto; se, ao contrário, houver produção local em condição de suprir parte da oferta da mercadoria em questão, o produtor forâneo terá de suportar, em alguma medida, esse encargo. (BARBOSA, “Relatório (...)”, 1891, p. 147)

A postura de Rui no Relatório foi, no geral, pragmática com relação ao debate entre protecionismo e liberalismo comercial. A despeito de seu confesso pendor pelo liberalismo, sua estratégia parecia ser a de encontrar uma combinação

que fosse adequada àquilo que considerava serem as necessidades brasileiras. Era preciso, ademais, fortalecer o Tesouro, com uma arrecadação que gravasse, de alguma forma, os produtores estrangeiros que desejassem concorrer pelo mercado brasileiro. A instituição de uma tarifação aduaneira, não excessiva, mas que ainda assim servisse a esses dois objetivos tornava-se, portanto, imperativa. Nesse sentido, o exemplo alemão aparecia de forma recorrente: era um caso presente e bem-sucedido de desenvolvimento econômico auxiliado pelo protecionismo, sobretudo a partir de 1879. Além disso, Rui reconhecia, com Adolph Wagner, que a expansão das despesas públicas, por vezes fonte de desequilíbrios orçamentários e de aumentos de impostos, poderia não ser condenável: isso fazia parte do processo de expansão orgânica do Estado moderno.

3 Apropriações Criativas

Tendo contato com a tradição “clássica de cunho liberal” (GREMAUD, 2000, p. 18) da economia política veiculada pelas Faculdades de Direito no Segundo Reinado, Rui teve, por meio da difusão da obra de MacLeod em São Paulo, acesso a uma visão crítica dessa tradição. Nos temas focalizados aqui, economia monetária e comércio exterior, o autor apresentou abordagens influenciadas tanto por referenciais teóricos mais abrangentes quanto

pela conjuntura política e econômica. No caso da política monetária, manifestou-se em 1889 contrário ao privilégio de emissão concedido pelo visconde de Ouro Preto, afirmando “detestar” o papel-moeda, na maioria das circunstâncias. Cerca de um ano depois, após ter lidado com os dilemas inerentes à formulação da política econômica num ambiente crítico como o do Encilhamento, fez uso de um vocabulário alinhado com a *banking school* inglesa, para justificar racionalmente o maior vulto das emissões monetárias no Brasil: era uma necessidade de nossa economia, da forma como as transações se perfaziam por aqui.

Quanto ao comércio exterior, sua posição foi parecida nos dois momentos enfocados: um liberalismo com ressalvas ou um liberalismo que não excluía o desenvolvimento de uma indústria local. No artigo sobre a indústria gráfica, a preocupação era de não gravar os livros importados, porém garantindo que os insumos à produção doméstica fossem acessíveis. Já no Relatório do Ministro da Fazenda, a preocupação se ampliava: mais do que fomentar as atividades industriais no País, consideradas importantes para a solidificação da República, a tarifação de cunho protecionista deveria servir a propósitos políticos e fiscais. Ao lado das referências a autores ingleses, como John Stuart Mill, os exemplos exitosos

de protecionismo dos EUA e da Alemanha de Bismarck também frequentaram a argumentação de Rui. Nessa linha, o economista alemão Adolph Wagner foi trazido à baila, para enfatizar a ideia de que a aplicação de tarifas alfandegárias também estava ligada a uma questão política: a construção do Estado moderno.

A breve recapitulação historiográfica mostrou que muito se tem discutido sobre o caráter “desenvolvimentista” da atuação de Rui Barbosa, como formulador de política econômica e pensador da realidade brasileira. Mais que medir as ideias de Rui por essa régua, procurou-se apresentar aqui um pensador que se beneficiou do processo de difusão de ideias econômicas no Brasil, entre a segunda metade do século XIX e o início do XX. Nos termos colocados por Flávio Saes e Alexandre Saes, no artigo que abre esta série (SAES; SAES, 2015), trata-se de um pensamento econômico que se compreende, em sua riqueza e originalidade, na perspectiva contextualista e relativista: motivado pela conjuntura, Rui buscou operacionalizar referenciais estrangeiros em suas reflexões econômicas, com uma inclinação político-ideológica liberal de fundo, é certo, mas sempre matizando suas formulações com elementos oriundos de outras searas intelec-

tuais e dando à sua apropriação um colorido local.

Referências

1 Fontes

a) Textos de Rui Barbosa

BARBOSA, Rui. A tarifa e o livro. 21 de outubro de 1889. OCRB [Obras Completas de Rui Barbosa], v. XVI, t. VII.

BARBOSA, Rui. Quem é pelo curso forçado?. 1º de novembro de 1889. OCRB, v. XVI, t. VIII.

BARBOSA, Rui. *Relatório do Ministro da Fazenda*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. OCRB, v. XVIII, tomos II e III.

BARBOSA, Rui. *Finanças e política da República – discursos e escriptos*. Rio de Janeiro: Companhia Impressora, 1892.

b) Textos contemporâneos

ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Matta. *Elementos de economia política*. Pernambuco: Typographia de Santos e Companhia, 1844.

LOUREIRO, Lourenço Trigo de. *Elementos de economia política (colligidos dos melhores autores)*. Recife: Typ. Universal, 1854.

MACLEOD, Henry Dunning. *Elementos de economia política*. Tradução do advogado Alberto da Rocha Miranda. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1873.

2 Bibliografia Geral

AGUIAR, Pinto de. *Rui e a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973.

BASTOS, Humberto. *Rui Barbosa, ministro da independência econômica do Brasil*. Rio

- de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1949.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *La politique monétaire du Brésil*. Rio de Janeiro: Imprimerie Nationale, 1910.
- CARDOSO, Clodomir. *Ruy Barbosa – a sua integridade moral e a unidade de sua obra*. Rio de Janeiro: Revista da Língua Portuguesa, 1927.
- DANTAS, Francisco C. de San Tiago. Rui e a renovação da sociedade. In: *Digesto econômico*, n. 61. São Paulo, dez.1949.
- DINIZ, Adalton Franciozo. *As representações do Encilhamento*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 1996.
- FRANCO, Gustavo. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Rio de Janeiro: BNDES, 1983.
- GREMAUD, Amaury Patrick. *Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930)*. São Paulo: FEA/USP, 1997.
- _____. *A penetração da economia política no Brasil e seu ensino durante o período imperial: Cairu, Mata Albuquerque e Lourenço Loureiro*. Ribeirão Preto: FEA/RP-USP, 2000. (Texto para Discussão, Série Economia, TD-E 13)
- HUGON, Paul. A economia política no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando. *As ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.
- HUTCHISON, T. W. The 'Marginal Revolution': decline and fall of English political economy". *History of Political Economy*, v. 4, n. 2, 1972.
- LEVY, Maria Bárbara. *História da bolsa de valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Três industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- MAGALHÃES JR., Raimundo. *Rui, o homem e o mito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- PAULA, Luiz Nogueira de. *Síntese da evolução do pensamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1942.
- PELÁEZ, Carlos Manuel. As consequências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945. In: *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 3, jul/set, 1971.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.
- SAES, Flávio; SAES, Alexandre. Difusão de ideias econômicas no Brasil: apontamentos teórico-metodológicos. *Informações Fipe*, São Paulo, n. 417, jun. 2015.
- SALERNO, Joseph T. The neglect of the French liberal school in Anglo-American economics: a critique of received explanations. *Review of Austrian Economics*, v. 2, 1988.
- SALOMÃO, Ivan Colangelo; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Heterodoxia e industrialização no pensamento econômico de Rui Barbosa*. Porto Alegre: UFRGS/FCE/DERI, 2013. (Texto para Discussão nº 07)
- SIMONSEN, Roberto C. As consequências econômicas da abolição. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. XLVII, maio 1938.
- SCHULTZ, John. *A crise financeira da abolição*. São Paulo: Edusp/Instituto Fernand Braudel, 1996.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- TANNURI, Luiz Antonio. *O encilhamento*. São Paulo/Campinas: Hucitec, 1981.
- imóvel, mobiliário, livros e arquivo de Rui, expedida pelo presidente Artur Bernardes em 1924, pouco depois da morte de Rui. Ver Decreto n. 4.729, de 2 janeiro de 1924.
- 2 Em 1928, foi estabelecido um "Museu-Biblio-teca", sob denominação Casa de Rui Barbosa. Ver Decreto n. 5.429, de janeiro de 1928.
- 3 Outras obras nesta perspectiva são as de Roberto Simonsen (1938) e Caio Prado Jr. (1945).
- 4 Além do referido estudo de Pinto de Aguiar, elaborado em 1962 e publicado em 1973, enquadram-se nessa linhagem os seguintes autores: Bastos (1949), Dantas (1949), Sodré (1964) e Lima (1976).
- 5 É o caso dos trabalhos de Peláez (1971), Levy (1977), Tannuri (1981) e Franco (1983).
- 6 Ver Salomão e Fonseca (2013). Entre os trabalhos que destoam da tendência a ver Rui positivamente como desenvolvimentista, pode-se citar Luz (1978) e Magalhães Júnior (1965).
- 7 Estão presentes na biblioteca de Rui Barbosa os principais livros do autor: *The elements of political economy* (1858); *The theory of credit* (1889-91); *Bimetallism* (1894).
- 8 A proposição de que as emissões devem adaptar-se às necessidades da circulação pode ser vista como uma justificativa, a posteriori, para uma política cujo objetivo havia sido agradar fazendeiros em dificuldade e atender aos interesses e pressões de banqueiros, como Francisco de Paula Mayrink, que era próximo de Rui Barbosa. Essa é a interpretação de Schultz (1996).

(*). *Doutorando em História Econômica (FFLCH/USP). Este artigo se baseia em pesquisa em curso no âmbito do Doutorado, sob orientação de Alexandre Saes. O projeto de Doutorado, intitulado "Pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945)", está sendo desenvolvido com o apoio da FAPESP. (E-mail: luiz.bruzzi@usp.br).*

Relatos de Pesquisa: A Utilização dos Inventários Post-Mortem como Fonte de Dados¹

LUCIANA SUAREZ LOPES (*)

Os inventários *post-mortem* constituem fonte inestimável de informações sobre os bens e costumes das populações passadas. As informações contidas nos processos dão subsídios suficientes para o desenvolvimento de estudos nas áreas de Demografia, Economia, História e Sociologia. Quanto mais antigos, mais cheios de descrições e detalhes acerca dos bens possuídos, dos costumes e das condições de vida das famílias as quais dizem respeito, sendo possível reconstruir toda uma época passada.

À luz que se irradia dessas laudas amarelecidas pelos anos e rendadas pelas traças, vemo-las surgirem vagarosamente do fundo indeciso do passado e fixarem-se nas encostas vermelhas da colina fundamental, as casas primitivas de taipa de mão e de pilão. [...] É o sítio da roça, que aparece [...]; as palhoças de agregados e escravos; os algodoais pintalgados de branco; o verde anêmico dos canaviais, em contraste com o verde robusto e lustroso da mata vizinha [...] (ALCÂNTARA MACHADO, 2006, p. 34)

O pioneiro na utilização dos inventários como fonte de dados foi José de Alcântara Machado, que em 1929 publicou a obra *Vida e Morte do Bandeirante*. O livro, considerado um clássico da historiografia tradicional paulista, desvendou o cotidiano de uma sociedade até então pouco conhecida, a dos bandeirantes. Com as informações disponíveis nos inventários do período 1578-1700, Alcântara Machado pôde reconstituir o cotidiano, a cultura e as atividades econômicas das primeiras famílias paulistas, pioneiras na ocupação de um território que, na época, pouco oferecia à coroa portuguesa.

Naquele tempo, por mais diversas que fossem, as atividades desenvolvidas pelos primitivos paulistas não permitiram a acumulação de grandes cabedais. Ao ler os processos, Alcântara Machado encontrou pessoas simples,

Entre eles não há representantes das grandes casas peninsulares, nem da burguesia dinheirosa. Certo que alguns se aparentam com a pequena nobreza do reino. Mas, se emigram para província tão áspera

e distante, é exatamente porque a sorte lhes foi madrasta na terra natal. Outros, a imensa maioria, são homens do campo, mercadores de recursos limitados, artífices aventureiros de toda a casta, seduzidos pelas promessas dos donatários ou pelas possibilidades com que lhes acena o continente novo. [...] Ora, a fortuna que vem da agricultura e da pecuária é lenta e difícil. (ALCÂNTARA MACHADO, 2006, p. 40)

Dessa forma, os inventários pesquisados por Machado não descreviam grandes fortunas, mas sim espólios modestos se comparados aos do nordeste açucareiro, mesmo considerando as evidências analisadas por Schwartz. (SCHWARTZ, 1999) Dentre os inventários do século XVI, aquele com o maior patrimônio foi o de Maria Gonçalves, mulher de Clemente Álvares, no valor de apenas 374\$350 réis. (ALCÂNTARA MACHADO, 2006, p. 43)

Ao longo do século XVII, observa-se certa melhora na situação econômica dos paulistas, já que alguns patrimônios consultados chegaram a ultrapassar a soma de um conto

de réis. Esse é o caso dos processos de Gaspar Barreto e de Catarina Siqueira, mulher de João Barroso, cujos valores somaram, respectivamente, 1:298\$000 e 1:194\$880. (ALCÂNTARA MACHADO, 2006, p. 43) Mas, segundo o autor, “*é nas vizinhanças do século XVIII que a riqueza se manifesta. Ao falecer, por volta de 1693, Catarina da Silva tem haveres computados em 6:636\$700*”. (ALCÂNTARA MACHADO, 2006, p. 43) Tais observações fizeram o autor discordar dos relatos biográficos de homens ilustres e de algumas poucas figuras históricas que certamente não espelham a trajetória da maior parte dos bandeirantes e dos homens comuns que habitavam o território paulista.

Daí se conclui quanto se distanciam da realidade os que se fiam cegamente na palavra dos linhagistas. Dos quatrocentos inventários seiscentistas, há apenas vinte que delatam alguma abastança. Cinco por cento. A imensa maioria das avaliações denuncia a carência de cabedais apreciáveis. Sabem quanto recebem a viúva e os filhos do capitão Belchior Carneiro, sertanista ilustre, companheiro de Antônio Raposo, êmulo de Borba Gato e Fernão Dias no descobrimento de Minas Gerais? Duzentos mil e oitocentos e cinquenta réis. (ALCÂNTARA MACHADO, 2006, p. 44)

Em linhas gerais, as primeiras informações dos processos são os

nomes do inventariado e do inventariante, a data e o local de abertura do processo. Em seguida, eram informados os herdeiros e os diversos bens pertencentes ao espólio, separados conforme seu tipo: bens móveis, semoventes, escravos, bens imóveis, dívidas ativas e dívidas passivas, além dos *dotes levados à colação*, quando existentes.² Caso o inventariado tivesse feito um testamento, este também era anexado logo do início do processo. Normalmente, os testamentos são muito enriquecedores, pois carregam em seu conteúdo as últimas vontades e orientações do falecido. Não era raro encontrar nesses relatos o reconhecimento de filhos ilegítimos, a doação de dotes e a concessão de liberdade a alguns escravos.

A fim de garantir a veracidade das informações prestadas e impedir que o inventariante deixasse de apresentar propositalmente algum bem, reservando este para si próprio, os herdeiros tinham que se mostrar de acordo com as informações prestadas e autorizar o prosseguimento do processo. Caso todos os herdeiros concordassem com as informações prestadas pelo inventariante e com as avaliações, fazia-se o *Auto de Partilha*, ou seja, o auto de divisão dos bens, no qual eram especificados os quinhões reservados ao cônjuge remanescente – quando existente – e aos demais herdeiros, respectivamente denominados *meiação* e *legítimas*, sendo

inclusive especificados os bens ou partes de bens que comporiam tais legados.

Contudo, apesar de ricos em informações, os inventários *post-mortem* constituem uma fonte de dados limitada, já que sua elaboração não era obrigatória, sendo estes abertos apenas quando os falecidos deixavam bens suficientes e/ou herdeiros menores. Normalmente, a existência de bens imóveis era suficiente para a abertura dos autos, mas foram encontrados, em algumas localidades do oeste paulista oitocentista, casos em que o patrimônio era formado, por exemplo, por apenas dois cavalos ou por somente bens móveis. Nessas situações, a partilha formal não foi feita, para que as custas judiciais não comprometessem ainda mais a herança dos herdeiros.

Além da falta de obrigatoriedade, outras características dessa fonte documental merecem ser ressaltadas. A morte é um acontecimento que alcança indivíduos em diferentes fases da vida, de forma a serem distintos os cabedais descritos e as situações em que foram avaliados.

No entanto, acredita-se que essas particularidades não diminuem em nada o potencial desses documentos como fonte de dados. O mais importante é reconhecer as limitações da fonte e trabalhar de forma consciente as suas informações.

Referências

ALCÂNTARA MACHADO, José de. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Editora IMESP, 2006.

SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

2 Como foi mencionado anteriormente, tal descrição é feita com base na composição dos inventários post-mortem oitocentistas de Ribeirão Preto e São Simão, consultados, na época da pesquisa de campo, no Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto e no Fórum de São Simão. Atualmente, devido à reorganização dos arquivos do sistema judiciário, tais processos encontram-se arquivados em Jundiá, com exceção dos processos do Primeiro Ofício de Ribeirão Preto, preservados no Arquivo Público e Histórico da cidade.

1 O objetivo do texto ora apresentado é analisar sucintamente a utilização dos inventários *post-mortem* como fonte de pesquisa. As observações aqui discutidas são fruto do contato da autora com os inventários das localidades paulistas de Ribeirão Preto e São Simão.

(*) Professora Doutora da FEA/USP.
(E-mail: lslopes@usp.br).